



**A Mouraria de Lisboa no século XV:
O sítio arqueológico do beco de São Marçal.**

Miguel Ângelo Matos Nunes

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Outubro de 2020

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, de de

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor André Teixeira, Professor Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

*Para os meus avós,
Maria da Silva Nunes,
José Fernandes Nunes,
obrigado por tudo...*

Agradecimentos

Ao percorrer este trilha acadêmico, que a fortuna me permitiu cruzar, tive sempre a sorte de poder contar com indivíduos excepcionais que me auxiliaram para garantir o sucesso do trabalho que aqui se apresenta.

Em primeiro lugar, um agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor André Teixeira, por esta oportunidade de investigação e por todo o apoio científico que me deu. Um obrigado também ao Professor Doutor Rodrigo Banha da Silva pelas orientações e o pelo seu saber, vindo da experiência, que prontamente partilhou comigo ao longo deste percurso.

Aos quatro doutores que sempre tiveram disponibilidade e paciência para me auxiliar neste trabalho, espero que esta dissertação faça juz aos seus contributos e ao tempo que investiram em mim. Assim, por ordem alfabética, e por não conseguir quantificar a vossa orientação e auxílio, um muitíssimo obrigado ao Dr. André Bargão, ao Dr. Fabián Cuesta, à Dra. Sara Ferreira e à Dra. Sara Prata. Espero um dia conseguir retribuir-vos por tudo o que fizeram por mim. Ao Dr. Tiago Ramos um obrigado por ver comigo os materiais e me oferecer valiosos conselhos para levar esta investigação a bom termo. Grande abraço!

À minha família, agradeço a paciência e o sustento que me têm dado desde sempre, espero um dia também eu poder ser para vocês o que até agora foram para mim. Aos meus amigos, obrigado por todos os momentos de boa disposição e descompressão, e sempre por um sentimento de fraternidade inigualável.

Agradecer também ao Dr. Guilherme Cardoso e à Dra. Natalina Guerreiro por toda a disponibilidade ao longo deste processo. A sua ajuda provou ser fundamental para o desenvolvimento desta dissertação, facilitando o acesso a informação que de outra forma seria impossível de obter.

As últimas palavras vão para a Margarida Silva que me acompanhou ao longo de todas as fases deste trabalho, tendo assegurado uma parte muito importante da componente gráfica e do inventário do espólio estudado, a par com apoio logístico e moral incondicional, e com o seu característico sentimento de calma com que sempre me gracejou. Sem ti não teria sido possível, muito obrigado.

A MOURARIA DE LISBOA NO SÉCULO XV: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO BECO DE SÃO MARÇAL.

Miguel Ângelo Matos Nunes

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Mouraria de Lisboa; Idade Média; Produção Cerâmica; Arqueologia urbana.

Este trabalho consiste na análise do espólio cerâmico recolhido num contexto de lixeira (fossa detritica) identificado na Mouraria de Lisboa, no Beco de São Marçal, fruto de uma intervenção arqueológica de emergência levada a cabo em 1993. Neste conjunto encontrámos fragmentos de cerâmica vidrada e também pintada a branco sendo o grupo mais volumoso a cerâmica comum. Estes elementos datam do século XV, classificação obtida através do estabelecimento de paralelos cerâmicos dessa mesma centúria.

Creemos que este trabalho levou à obtenção de novos dados e informação, passível de contribuir para uma melhor compreensão dos hábitos de produção e consumo na Mouraria de Lisboa, no século XV. Esta torna-se particularmente relevante devido ao papel preponderante destas produções no abastecimento da cidade de Lisboa durante este mesmo período.

LISBON'S MOORISH QUARTER IN THE 15th CENTURY: THE ARCHAEOLOGICAL SITE OF SÃO MARÇAL ALLEY

Miguel Ângelo Matos Nunes

ABSTRACT

KEY-WORDS: Lisbon's Moorish Quarter; Late Middle Ages; Pottery; Urban Archaeology.

This paper consists of an analysis of a series of ceramics recovered from a ceramics dump, identified in the Mouraria of Lisbon, in the alley of São Marçal, that resulted from an archaeological emergency intervention in 1993. In this set we found fragments of glazed pottery as well as pottery painted in white, being the largest ceramics group that of common pottery. These elements are coherent with others found in 15th century archaeological contexts.

This work as led to the documentation of new data and information that may contribute to a better understanding of the customs concerning production and consumption of pottery goods in the Mouraria of Lisbon, in the 15th century.

ÍNDICE

Capítulo I – Introdução	1
Capítulo II – A Mouraria de Lisboa: implantação espaço-temporal	7
1. A cidade de Lisboa no século XV	7
2. A instalação da comunidade muçulmana na Mouraria de Lisboa	10
3. Mouraria: espaço e pessoas	11
Capítulo III – O Sítio arqueológico	15
1. A intervenção	18
Capítulo IV – Os fabricos cerâmicos	28
1. Quantificação	28
2. Marcas de uso	36
Capítulo V – Formas Cerâmicas	37
1. Formas e Variantes	39
2. Cerâmica Vidrada	69
Capítulo VI - Reflexões	71
Capítulo VII – Considerações finais	76
Bibliografia	79
Anexos	89
Anexo I: Tabela de Inventário de bordos e perfis completos do Beco de São Marçal	90
Anexo II: Desenhos das formas cerâmicas	164

I. INTRODUÇÃO

A presente dissertação consiste no estudo de uma coleção cerâmica recuperada durante os trabalhos arqueológicos levados a cabo no Beco de São Marçal (Lisboa). Pretende-se com esta análise contribuir para uma melhor compreensão dos hábitos quotidianos, manifestos na cultura material, dos habitantes da Mouraria de Lisboa durante o século XV. Tomando como ponto de partida o contexto arqueológico do Beco de São Marçal e recorrendo a uma metodologia arqueológica, procurámos caracterizar a produção de cerâmica deste período, através da análise dos fabricos documentados e da identificação de paralelos que permitiram determinar centros produtivos e definir a distribuição geográfica destas produções. Os dados obtidos foram contextualizados com a informação existente respectiva à Mouraria de Lisboa para melhor caracterizar o papel desta no abastecimento de cerâmicas para a cidade.

Assim, entende-se por mouraria, o espaço dentro da cidade de Lisboa onde se encontrava instalada a comunidade islâmica e onde a administração vigente, nesse mesmo espaço, era a constituída pela comuna muçulmana desta mesma cidade que possibilitava a expressão da identidade muçulmana. Esta área administrativa usufruía de benefícios - como a autonomia jurídica - assim como de obrigações sob a forma de carga tributária (BARROS, 1998, p.243). O Beco de São Marçal, aqui em foco, compreende, por sua vez, um sítio arqueológico dentro do espaço da mouraria. Este, fruto de uma intervenção de emergência (SABROSA, 2016, p. 6 CNS: 35896), diz respeito a uma fossa detritica cuja área de escavação, delimitada em corte, ocupava uma área de 1,20 m por 1, 20 m.

Esta tese de mestrado foi organizada em sete capítulos. O primeiro capítulo, composto por esta breve introdução, procurou clarificar as linhas bases sobre as quais se regeu todo este trabalho, com especial ênfase para as opções metodológicas. O segundo capítulo compreende uma breve síntese da evolução da cidade de Lisboa, assim como uma caracterização do espaço da Mouraria de Lisboa e dos seus habitantes. No terceiro capítulo procedemos à abordagem do Beco de São Marçal, fazendo uma análise crítica dos dados disponíveis sobre a intervenção arqueológica e as características do contexto estudado. O quarto capítulo procura clarificar o que se entende com alguns dos termos utilizados na análise dos materiais, procedendo-se assim à sua enumeração e respectiva definição. No quinto capítulo encontra-se toda a informação respectiva à análise

tecnológica do espólio cerâmico e no sexto capítulo a análise formal, onde se estabelecem também os paralelos formais. O sétimo e último capítulo diz respeito às considerações finais e às conclusões deste estudo.

A nossa investigação, iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica, incidindo tanto sobre obras gerais, relativas aos finais da Idade Média e inícios do período Moderno, como outras mais focadas sobre o espaço da mouraria; analisaram-se também obras sobre espólios cerâmicos, o foco desta dissertação. Esta tarefa teve como objectivo definir uma metodologia adequada para estudar os materiais cerâmicos, encontrando paralelos e propondo as suas cronologias e, simultaneamente, obter informação sobre a evolução da cidade de Lisboa e da mouraria nesta época. A pesquisa bibliográfica foi feita recorrendo a bibliotecas especializadas, nomeadamente a Biblioteca de Arqueologia da Direcção Geral do Património Cultural e a Biblioteca Nacional de Portugal, tendo-se também consultado numerosos recursos online, especialmente as dissertações e artigos científicos disponíveis nos repositório da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade de Lisboa.

Uma fonte de informação muito importante no desenvolvimento deste trabalho foi, naturalmente, o relatório da escavação (SABROSA, 2016, CNS: 35896), bem como o subsequente artigo de 1997 da autoria de Clementino Amaro e Alexandra Gaspar, onde é abordado o conjunto cerâmico recolhido no Beco de São Marçal. De salientar que aquando do falecimento de Armando Sabrosa, o arqueólogo responsável pela escavação, ainda não tinha sido redigido o relatório da escavação, tendo o mesmo sido da autoria de Natalina Guerreiro, que participou na intervenção e sobre quem recaiu essa tarefa (SABROSA, 2016, p.2-3 CNS: 35896).

No que respeita à análise dos materiais cerâmicos, o nosso trabalho tomou como principal referência o trabalho de Jacinta Bugalhão e Inês Pinto Coelho (BUGALHÃO; COELHO, 2017), por incidir em contextos análogos ao que aqui nos ocupa, oferecendo uma proposta tipológica para a produção cerâmica de Lisboa.

No que toca à evolução do traçado urbano de Lisboa foi particularmente útil o trabalho de Hélder Carita (CARITA, 1999), por traçar a evolução da cidade desde a Idade Média até ao século XVI, época que mais desenvolve. Como obra geral, destaque para *O livro de Lisboa* (MOITA, 1994). Relativamente à contextualização do espaço da mouraria, assim como dos seus habitantes, foi essencial, a obra de Maria Filomena

Barros (BARROS, 1998), devendo mencionar-se o artigo de Mário Viana e de Luís Filipe Oliveira no que toca à localização e definição dos espaços públicos e privados, ruas e construções, pessoas e actividades económicas desenvolvidas.

Quanto aos contextos arqueológicos documentados no espaço da Mouraria de Lisboa, deve mencionar-se que, tal como a intervenção que aqui se estuda, também estes foram identificados na sequência de trabalhos de acompanhamento/salvaguarda, estando portanto condicionados pelas prioridades dos projectos em execução. A realçar as intervenções no Quarteirão dos Lagares (FILIPE; NUNES, 2012) e na Rua do Benfornoso (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012), ambos resultando em estudos abrangentes sobre o passado histórico da mouraria, da sua comunidade e dos seus ofícios, com uma visão de outros sítios intervencionados no mesmo espaço. Estas incidem sobre os núcleos produtores de cerâmica, que abundaram dentro deste espaço em época medieval.

Após a pesquisa bibliográfica inicial procedemos à inventariação e estudo dos materiais. A colecção cerâmica analisada encontrava-se armazenada no Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) no Bairro do Rego, obtendo por meio do meu orientador, o Professor Doutor André Teixeira, permissão para tratar e estudar os materiais em foco nesta tese. O espólio cerâmico recuperado no sítio arqueológico do Beco de São Marçal ocupava 14 contentores plásticos, tendo-se contabilizado inicialmente um total de 3164 fragmentos (antes de se proceder a colagens e à associação de fragmentos). Adicionalmente, importa referir a existência de 958 fragmentos cerâmicos que não foram incluídos na presente análise por se encontrarem descontextualizados estratigraficamente, correspondendo, de acordo com a informação incluída nas fichas de campo a recolhas de “limpeza de corte”.

Aquando do início dos nossos trabalhos o espólio cerâmico encontrava-se já lavado estando também efectuadas algumas associações de fragmentos e mesmo colagens. Contudo, muitas destas colagens, devido ao seu período de armazenamento, tinham já cedido e tiveram de ser refeitas, outras devido ao excesso de cola utilizado ficaram com incrustações. Os materiais encontravam-se também marcados, utilizando o sistema que se segue: Sítio arqueológico (Beco de São Marçal – SM.) + Distrito a que pertence (Lisboa – LX.) + Ano da escavação (1993 – 93) + Respectiva camada (Ex: S.M. LX. 1993 C9.). Não obstante a maioria dos fragmentos não se encontrava

identificada por um número individual. Apenas 62 peças foram inventariadas, correspondendo a formas desenhadas por serem consideradas importantes a nível da representatividade da colecção.

Em termos metodológicos, num primeiro momento o espólio foi organizado de acordo com as camadas atribuídas em escavação, tentando-se fazer todas as associações de fragmentos possíveis, de modo a tentar reconstituir peças completas. Encontrando-se os fragmentos organizados por camadas, começámos inicialmente por identificar colagens dentro de cada camada, passando posteriormente a identificar colagens entre diferentes camadas, de modo a tentar aferir a existência ou não de diferentes fases de enchimento desta fossa detritica, assunto que abordaremos de forma mais detalhada no apartado III.

Quanto à análise da pasta tomou-se em conta a sua coloração, dureza, tipo de fractura e os elementos não plásticos, baseando-nos somente numa observação macroscópica. A nível de coloração recorreu-se à *Munsell Soil Color Charts* dada a sua viabilidade e difusão no meio arqueológico. A dureza da pasta foi descrita por quatro ordens abstractas: Muito-Frágil; Frágil; Semi-Compacta; Compacta – apesar destes 4 graus, as pastas são bastante semelhantes entre si acabando por apresentar graus de dureza idênticos. O tipo de fractura foi classificado como regular ou irregular. Os elementos não plásticos (ENP's) foram identificados pela sua natureza, tamanho e frequência. No que diz respeito ao tamanho foi considerado grão grosso (superior a 5 mm), médio (de 5 mm a 2 mm) e fino (inferior a 2 mm). A quantidade foi classificada como Grande, Média ou Pequena¹. Este processo foi levado a cabo mediante observação macroscópica, e utilizando uma lupa de ampliação 5x. Ainda que ideal para uma mais correcta classificação, não se realizou nenhum tipo de análise microscópica.

Uma vez que o inventário original que acompanhava o relatório da intervenção incluía apenas 62 peças, e uma vez que estes números correspondiam por vezes a conjuntos de fragmentos de mais do que uma peça verificando-se também alguns números repetidos, para efeitos do presente estudo optámos por levar a cabo um novo inventário do espólio cerâmico utilizando para esse efeito a seguinte sigla (B.S.M. LX. 2019.) de modo a evitar sobreposições com o inventário original. A inventariação do espólio foi realizada com o programa *Excel* (versão Microsoft Office 2016) e pode ser

¹ Para o estabelecimento deste parâmetros de análise baseamo-nos no trabalho de Joana Torres (2011).

consultada em formato de quadro no Anexo I. Neste encontramos o nº de inventário das peças (B.S.M. LX. 2019 ----), a camada a que estas pertencem (C.), o tipo de fragmento (bordo, fundo, etc..) e a forma a que dizem respeito (tacho, panela, tigela, etc..). Pode-se verificar também nesse mesmo anexo uma descrição de cada peça, assim como as respectivas dimensões. No que diz respeito às dimensões, são utilizadas algumas abreviaturas, nomeadamente “D.b” que equivale a diâmetro do bordo, “D.f” – diâmetro do fundo, “Alt. Máx. Registada” que diz respeito à altura máxima registada da peça, “Grossura de b.” - que diz respeito ao tamanho do bordo. Podemos também encontrar a informação respectiva ao fabrico das peças, desde a sua cozedura, pasta, até aos ENP’s (Elementos não plásticos) presentes nas mesmas. A informação referente às decorações e marcas de utilização, ou de processos pós-deposicionais encontram-se sobre a coluna das “Observações”. Na coluna dos desenhos todas as peças desenhadas foram assinaladas com um (x).

Os fragmentos foram analisados por tipos de fragmento, considerando as seguintes categorias: bordos, bojos, fundos e asas. Todo o espólio foi quantificado por camada, sendo depois classificados quanto ao tipo de fabrico, cozedura, eventual presença de decoração, tratamentos de superfície e acabamentos. Foram ainda consideradas as marcas de utilização ao fogo, ou marcas de fogo na fractura das peças. Para efeitos da análise morfológica foram considerados os fragmentos de bordo e fundo, que permitiram determinar tipos de peças. Relativamente aos bojos, considerámos também os fragmentos que, por corresponderem a porções características de certas formas permitiam a sua identificação. As asas foram quantificadas e classificadas de acordo com a sua orientação, vertical ou horizontal, assim como a sua forma – em rolo ou fita. Para os fundos consideraram-se os seguintes tipos: Fundo plano, Pé em anel, Fundo em disco.

Os bordos foram os fragmentos a partir dos quais calculámos o NMI (número mínimo de indivíduos), de acordo com a metodologia proposta por S. Raux (1998), e devido à quantidade de informação inerente aos mesmos foram analisados de acordo com a sua orientação, dimensões (diâmetro, espessura e altura máxima), presença ou não de tratamentos de superfície e decoração e composição das pastas, culminando na sua tipologia formal.

Alguns dos fragmentos foram impossíveis de identificar devido ao seu estado de conservação. Muitos encontravam-se bastante rolados e sem características formais discerníveis, enquanto outros eram de muito pequenas dimensões.

Dada a elevada quantidade de fragmentos o catálogo não inclui todos os fragmentos existentes. Assim sendo, levou-se a cabo uma escolha selectiva dos mais representativos da colecção, tendo em atenção todos os elementos acima descritos, de modo a que nenhum tipo de decoração ou de forma existente deste conjunto deixasse de ser representada.

Optámos por nomear o espólio cerâmico de acordo com a proposta tipológica de Jacinta Bugalhão e Inês Pinto Coelho (BUGALHÃO; COELHO, 2017). Desta forma, formulámos seis grupos correspondentes à utilização dos recipientes cerâmicos: de armazenamento, consumo de alimentos, de preparação de alimentos, de consumo de líquidos, de iluminação, de contentores de fogo.

Por fim, partiu-se para o desenho das peças, assinalando-se do lado esquerdo o corte e do lado direito o perfil da peça. A vectorização dos desenhos foi feita com recurso ao Adobe Illustrator e Photoshop CC 2019. Optou-se também, devido às condicionantes de tempo, por utilizar o registo fotográfico para registar as decorações das peças, característica que não transpusemos para os desenhos.

Devemos assinalar ainda que na foto 24 (SABROSA, 2016, p.12 CNS: 35896) presente no relatório, surge um púcaro, que não se encontra guardado no CAL, e ao qual portanto não tivemos acesso. Da mesma forma encontram-se omissos do depósito do CAL os materiais cerâmicos da camada 2².

² Contactámos a Dra. Natalina Guerreiro a propósito desta situação e fomos informados de que algumas destas peças foram utilizadas no Seminário "Quarteirão dos Lagares: da Mouraria à Vila Nova", realizado em 1 de outubro de 2016. Infelizmente, apercebemo-nos desta situação num momento já muito avançado da nossa investigação pelo que não nos foi possível tomar medidas para averiguar o paradeiro destes materiais e proceder ao seu estudo. Não obstante, esta possibilidade encontra-se entre as nossas prioridades de investigação de modo a poder vir a completar a análise levada a cabo.

II. A MOURARIA DE LISBOA: IMPLANTAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL

II.1. A cidade de Lisboa no século XV

A cidade de Lisboa no século XV era indubitavelmente uma consequência da morfologia do território em que assenta, assim como uma adaptação aos modelos que a cidade tinha tomado aquando da ocupação romana e islâmica. A Olisipo Romana é uma consequência não só da orografia do território, como também de um largo período de ocupações pré-romano, que acaba por ter um papel preponderante no planeamento da urbe. Estes factores em conjunto vão acabar por ser determinantes na implantação de um sistema que acaba por não ser totalmente ortogonal e que vai estabelecer os antecedentes para todos os modelos sucessores a este, visto que algum do seu aparato estrutural, como as vias de comunicação e a muralha tardo-antiga, coincidirem em diferentes locais com o traçado que teriam durante o período de ocupação islâmico (FIALHO, 2017, p.44). Assim a Lisboa Islâmica, como dito anteriormente, vai aproveitar em parte o sistema viário Romano, e a muralha tardo-antiga aquando do estruturamento do tecido urbano. Para além disso, os próprios agentes impulsionadores da organização urbana, desde a autoridade oficial aos membros da comunidade, vão alterar a forma como se organiza o tecido urbano desta cidade. Isto acontece exactamente porque para além da autoridade oficial que decide os locais de implantação das estruturas urbanas, os membros das comunidades gerem a organização e disposição das suas habitações, desde que estas não prejudiquem os acessos comuns. Assim, muitas vezes as cidades Islâmicas acabam por parecer desprovidas de um fio condutor, quando na realidade são apenas consequência de uma muito complexa estruturação (FIALHO, 2017, p.51).

A cerca da cidade de Lisboa durante a ocupação islâmica abrangia a Colina de São Jorge até à zona ribeirinha, sendo este perímetro dividido entre a almedina e a alcáçova. Os limites da cidade estender-se-iam, nesta altura, à mencionada zona amuralhada e aos arrabaldes circundantes (BUGALHÃO; FOLGADO, 2001, p.2), encontrando-se a zona baixa da cidade já bastante populada e urbanizada, permanecendo assim após a conquista cristã (CARITA, 1999, p.21). Será esta mesma estrutura defensiva que irá permanecer em utilização até ao século XIV, período marcado pela construção da Cerca Nova (entre 1373-1375) que aumentou o perímetro defendido da cidade de Lisboa. O longo período de delimitação da cidade, dada a

extensa “vida” da cerca islâmica, vai influenciar o desenvolvimento do tecido urbano da cidade até aos nossos dias. Esta análise é pertinente visto que os sistemas defensivos ditam em parte como se estruturam os núcleos urbanos e, assim, Lisboa encontra-se num leque semelhante a Évora e Silves que reaproveitam o traçado das cercas islâmicas. Diferente é, por exemplo, Guimarães cujas muralhas conhecem a sua génese ao longo dos séculos X e XIV; primeiro, com a fortificação da zona do Castelo, sendo ao longo dos séculos alargado o traçado da muralha de modo a envolver também o núcleo urbano (RIBEIRO; MELO, 2014, p.183).

A Lisboa islâmica era uma cidade de ruas estreitas e tortuosas e becos que dificultavam a circulação e onde as grandes áreas de espaço público se encontravam no exterior das muralhas (MOITA, 1994, p.93). Este reaproveitamento da arquitectura islâmica, que se manteve durante os séculos XII a meados do século XIII, teve o seu fim durante os finais do século XIII, quando se iniciou a reformulação da cidade de Lisboa e esta se começou a distinguir da sua organização (CARITA, 1999, p.30). A partir dos séculos XII e XIII, a cidade de Lisboa começou também a crescer para fora da cerca moura, crescimento este sem paralelos a nível nacional. Assim, expandiu-se na zona ribeirinha, perto do Tejo, a actual Baixa. Neste desenvolvimento do núcleo urbano o papel das paróquias e conventos foi extremamente importante, servindo como centros polarizadores da população, promovendo o assentamento em sua volta e moldando, em certa medida, os bairros novos (RIBEIRO; MELO, 2014, p.203).

A oriente da cerca moura desenvolveu-se, se bem que menos intensamente que a ocidente, o antigo arrabalde islâmico de Alfama e as futuras freguesias da Graça e de São Vicente de Fora. À medida que se desenvolveram estes pólos na periferia da cidade, estes vão-se distinguir do centro urbano não se encontrando limitados pelo perímetro defensivo imposto pela cerca velha, podendo-se aplicar nas ruas um traçado mais amplo, espaçoso e com tendência para confluir em locais centrais, particularmente rumo à zona ribeirinha (RIBEIRO; MELO, 2014, p.203). Simultaneamente, o centro urbano e consequentemente os centros de poder, começaram gradualmente a afastar-se da zona fortificada da alcáçova, favorecendo locais mais próximos da zona ribeirinha – em meados do século XIII as reuniões do conselho da cidade davam-se no Largo da Sé. Em 1248 D. Afonso III doou um lugar da Ribeira da cidade à Câmara, dando origem ao Açougue do Peixe nessa mesma localização. Neste local situavam-se também as

tercenas reais e a alfândega, evidências da elevada importância da zona (CARITA, 1999, p.27).

A estrutura da Rua Nova (que se estende desde o actual cruzamento da Rua do Ouro com a Rua de S. Julião até à esquina da Rua do Comércio com a Rua dos Fanqueiros) foi o elemento mais característico da reformulação urbana baixo-medieval. Uma via ampla e dinâmica, reforçando uma nova centralidade, a zona ribeirinha e baixa (CARITA, 1999, p.29). Esta centralidade foi, aquando do reinado de D. Dinis, fomentada ainda mais através do desenvolvimento económico e administrativo da Ribeira (CARITA, 1999, p.27).

Após a construção da cerca fernandina, Lisboa contaria com um enorme espaço interior de 103 hectares, aumentando exponencialmente a sua população ao chegar ao século XV. A cidade, apesar de densamente populada, apresentava um grande número de terrenos baldios e espaços verdes na sua periferia, como campos de pastagem, vinhas e olivais, consequência da importância que os trabalhos agrícolas ainda detinham nos arredores da cidade (MOITA, 1994, p.91). No século XV, apesar do reordenamento levado a cabo por D. Dinis, Lisboa mantinha ainda um traçado urbano tortuoso e estreito, dificultando a circulação. Apresentava, no entanto, um aspecto distinto dos restantes aglomerados urbanos do reino, na medida em que aqui se distinguiam, pela sua variedade e número, o comércio, o artesanato e os serviços disponíveis (MOITA, 1994, p.93).

Não obstante, o processo de urbanização continuou e, no século XV, os antigos arrabaldes na periferia da cidade encontravam-se consolidados. No ocidente, o desenvolvimento urbano centrou-se em torno dos conventos de S. Domingos e S. Francisco e os conventos da Trindade e do Carmo serão pólos que ditarão a formulação do tecido urbano; a oriente, os conventos da Graça e de S. Vicente de Fora (RIBEIRO; MELO, 2014, p.205). Aqui denota-se uma continuidade relativamente ao desenvolvimento que marcou os séculos XII a XIV.

No século XVI a zona ribeirinha aumentou ainda mais a sua importância. Foi autorizada por D. Manuel I a construção de casas nesta zona, próxima da face externa da muralha fernandina, sendo que, em muitos locais, a muralha foi aberta ou abatida para que se desse este desenvolvimento. Este fenómeno permitiu o estabelecimento de

edifícios relacionados com actividades industriais, navais e comerciais, áreas necessárias à dinâmica ultramarina então em expansão (RIBEIRO; MELO, 2014, p.205).

II.2. A instalação da comunidade muçulmana na Mouraria de Lisboa

Após a conquista em 1147, houve a necessidade de estabelecer os termos normativos e religiosos que regulariam a comunidade muçulmana de modo a agilizar a sua integração no novo reino. Para tal foi emitida em 1170 por D. Afonso Henriques uma Carta de Foral aos mouros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, com o objectivo de regular a vida desta comunidade. Neste documento estabelece-se o direito das comunidades muçulmanas de permanecerem em Lisboa, decretando também a sua autonomia jurídica a nível de organização interna e de liberdade de culto. Em contrapartida, os muçulmanos ficariam comprometidos a pagar uma carga tributária *al-zaka*, que seria a décima de todos os bens móveis. Para além deste tributo, era ainda imposto o equivalente à *jizya* no mundo islâmico, uma carga tributária que simbolizava a derrota muçulmana e que garantia a quem o pagasse um estatuto de protecção dentro do reino. A estes impostos juntavam-se outros, como a dízima do trabalho (BARROS, 1998, p.243).

Este interesse económico e social não é de estranhar. A urgência na integração desta comunidade é visível no facto deste foral, destinado à população muçulmana, ser anterior ao da comunidade cristã. Face ao cenário de divisão explícito na Península Ibérica e ao aparecimento de um novo poder manifestado sob o estandarte álmoada, existiam realidades conflituosas entre estes dois *modi vivendi*. Tornou-se cada vez mais pertinente integrar a minoria muçulmana o mais rapidamente possível. Ao tomar estas acções ficava implícito um maior controlo por parte do poder central, à medida que se integravam novos circuitos comerciais e produtivos, não descurando as preocupações defensivas nos territórios de fronteira entre o mundo cristão e o islâmico (BARROS, 1998, p.244).

Quanto à escolha do local onde se situaria a Mouraria de Lisboa, o local onde se alojaria a comunidade islâmica, Mário Viana e Luís Filipe Oliveira afirmam que, para além do espaço se localizar na periferia, o que é comum a muitas outras mourarias peninsulares, pouco mais se sabe das razões que levaram à escolha de tal local e das características do seu povoamento inicial. Maria Filomena Barros argumenta, no

entanto, que a escolha do local é estratégica, sendo que esta se encontra de costas para o Tejo e o sul muçulmano, nesta altura ocupados pelos almóadas, que em 1190 tinham recuperado Almada, Palmela e Alcacér do Sal (BARROS, 1998, p.245). Parece-nos claro que esta implantação extremamente próxima do castelo da cidade, simbolicamente abaixo num vale, simbolizava a subjugação desta comunidade ao poder régio.

A comuna de Lisboa, como representação da totalidade da população islâmica, constituiu-se como estrutura política e jurídica ao longo dos séculos XIV e XV. Esta realidade vai culminar na expulsão das minorias religiosas decretada em 1496, com transferência de edifícios comunais para a jurisdição privada, e dessacralização dos espaços religiosos – como o exemplo das pedras do almocávar repositadas na construção do Hospital Real de Todos-os-Santos. Tudo isto são amostras do silenciamento às práticas religiosas estrangeiras ao cristianismo (BARROS, 1998, p.245-246).

II.3. Mouraria: espaço e pessoas

A Mouraria de Lisboa era o espaço compreendido entre as portas de S. André e S. Vicente. A primeira encontrar-se-ia actualmente no fim da Calçada da Graça e início da Calçada de Santo André, a segunda na Rua do Arco do Marquês de Alegrete. A mouraria encontrava-se num pequeno vale ladeado pelos montes de S. Jorge, da Graça e de S. Gens, ocupando muito provavelmente uma porção bastante significativa do mesmo (OLIVEIRA; VIANA, 1993, p.192). O monte de São Jorge marcava os limites da mouraria a sul e a oeste encontrava o seu fim na porta de S. Vicente, não passando para lá da Rua do Benfornoso, que seria então denominada de Rua de Benfica. A nascente era limitada pela entrada da Rua da Amendoeira, onde seria bastante provável que existisse uma outra porta para a mouraria, dada a proximidade entre habitações de cristãos e muçulmanos. Restam ainda dúvidas quanto às suas limitações na vertente Norte (AZEVEDO, 1899/1900, p. 270-271; OLIVEIRA;VIANA, 1993, p.192).

A mouraria ocupava um espaço com pouco mais de um hectare, pelo menos no que toca ao espaço confinado pelas suas portas. As dinâmicas sociais e económicas da época transmitem-nos, no entanto, uma outra realidade não tão limitada. Dada a influência desta comunidade na cidade de Lisboa é muito provável que os seus limites fossem mais vastos, quando se tem em conta que muitos dos seus espaços, como por

exemplo o almocávar, se encontravam distribuídos numa área para lá destas limitações, ultrapassando-as (OLIVEIRA; VIANA, 1993, p.193).

Dentro do espaço limitado pelas portas da mouraria, o núcleo central administrativo corresponderia ao espaço onde estavam implantadas a mesquita grande e o edifício escola. Aqui encontravam-se as habitações de alguns dos oficiais da comuna islâmica e dar-se-iam reuniões de cariz administrativo, sendo também o principal espaço de culto da comunidade. O acesso a estes edifícios seria facilitado através da Rua Grande Direita, que se estendia desde a porta de S. André até à porta de S. Vicente, servindo de principal via. Perto desta última porta encontravam-se os banhos e a mesquita pequena. Desta Rua Grande Direita brotariam outras de menores dimensões e muitas vezes sem saída, testemunhos da organização urbana de génese islâmica (OLIVEIRA; VIANA, 1993, p.194). No interior das portas da mouraria, próximo da Rua de Benfica, encontrar-se-ia a carniçaria onde se daria o comércio de carne (OLIVEIRA; VIANA, 1993, p.194). Existiria também a cadeia da comuna, que seria como já mencionado, um marco da sua independência judicial contudo a localização exacta do edifício é desconhecida (OLIVEIRA; VIANA, 1993, p.199).

Perto da porta de S. Vicente, que dava acesso à Rua de Benfica - assegurando as ligações da mouraria com o núcleo agrícola e com a cidade, dado que toda a colina de Santana até ao limite meridional do rossio era, nesta altura, agricultada (AZEVEDO, 1899/1900, p.258) - encontrava-se um núcleo artesanal e comercial. Esta actividade estender-se-ia por toda a Rua de Benfica, hoje de Benfornoso.

Dentro da mouraria, as habitações deveriam ser semelhantes às habitações características da Idade Média, sendo construções térreas ou com um andar e um quintal. Os quintais seriam uma zona de cultivo familiar onde se praticaria uma agricultura de subsistência. Estas habitações teriam, assim, uma planta rectangular, seriam construídas maioritariamente em pedra, cal e madeira com cobertura de telha, atendendo-se, no entanto, à utilização, apesar de irregular, de tijolos, embora em menor quantidade (OLIVEIRA; VIANA, 1993, p.196).

Outro espaço importante na vida da comunidade que se encontrava fora das limitações das portas da mouraria era o almocávar, que se encontraria na encosta de Santa Maria da Graça. Fora de portas estaria também o Curral dos Mouros, que estaria na direcção da actual Rua de S. Lázaro – pouco antes da subida da colina de Sant’Ana -

onde se abateria o gado que seria depois comercializado na carniçaria. O poço da comuna e a loja de arrecadação dos direitos pagos pela comunidade ao rei encontrar-se-iam também fora de portas, apesar da sua localização não ser ainda conhecida. Seriam edifícios de elevada importância, visto que um garantia o abastecimento de água e o outro era um marco do estatuto económico da comunidade perante o poder régio (OLIVEIRA; VIANA, 1993, p.199).

A partir do século XIV, a vocação económica alterou-se. Esta comunidade, inicialmente ocupada com afazeres agrícolas, transitou gradualmente para uma dinâmica comercial e de produção oleira (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.124), embora muitos habitantes se dedicassem também ao trabalho de metais e ao trabalho das fibras (OLIVEIRA; VIANA, 1993, p.201). A presença e importância desta actividade económica pode ser comprovada pela existência de um forno de cerâmica comum e telha, sem dúvida em funcionamento no século XV, como comprovado através de uma escavação arqueológica na Rua da Amendoeira (NUNES; FILIPE, 2012, p.142). A mouraria deveria, no século XV, contar com cerca de 500 habitantes (OLIVEIRA ;VIANA, 1993, p.200.), dos quais um grande número se dedicaria às actividades agrícolas. Apesar disso, o que permaneceu como a actividade característica dos habitantes da comuna foi o artesanato.

Nos séculos XIV e XV, as actividades que diziam respeito às indústrias oleiras, para além de serem desenvolvidas neste arrabalde, eram levadas a cabo não por um grupo em particular, mas por um conjunto de indivíduos de origens e credos distintos, que partilhavam um espaço e um ofício. Estes aproveitaram-se da abundância de argila da encosta do monte de S. Gens (FARINHA, 1932, p.13), numa amostra de grande articulação e consciência urbana. Fabricavam-se as peças a meia encosta – relativamente perto do local de extracção – sendo depois vendidas nas tendas presentes na Rua do Benfornoso (MARQUES;LEITÃO;BOTELHO, 2012, p.123-124).

Após o Édito de expulsão das minorias religiosas de 1496, a zona do almocávar era pouco povoada, por razões óbvias. Contudo, com a doação dos terrenos por D. Manuel I ao Município e também ao Hospital Real de Todos-os-Santos, a urbanização do local começou a intensificar-se (FARINHA, 1932, p.5-6). É aqui que se edifica o chamado Arrabalde Novo. Este espaço vai, de finais do século XV ao XVI, passar de uma área esparsamente povoada por algumas edificações na encosta da Sra. do Monte - que serviriam como oficinas - ao intitulado Bairro das Olarias. Este, encontrava-se

cingido à área entre as Ruas da Bombarda e Nsa. Sra do Monte e entre a Calçada de S. André, a Calçada dos Cavaleiros e a Rua do Benfornoso (FARINHA,1932, p.4).

A sua relevância económica e social vai aumentar e, mesmo com o édito de 1496, a mouraria continua a prosperar e a crescer. A importância económica e produtiva da mesma sobrepõe-se ao que é ordenado e, apesar de forçar a população à conversão - ou expulsão - é provável que os “cristãos novos” sê-lo-iam só “formalmente” praticando a sua religiosidade clandestinamente. Assim, ao longo dos séculos, continuarão a prosperar praticando os seus ofícios nas suas oficinas caseiras e distribuindo as suas olarias nos locais de sempre (CORREIA, 1918, p.533).

O aumento demográfico que se acentua ao longo do século XVI leva também ao aparecimento de ocasionais palacetes – onde habitavam famílias que detinham já nomes históricos - sendo que moradias simples, do oleiro e dos praticantes de agricultura, seriam o tipo de habitação mais comum. A habitação era também o centro industrial do qual procediam as criações oleiras que caracterizavam este bairro. Assim, habitação e “tenda” fundiam-se, encontrando-se no quintal em anexo destas construções multifuncionais, o forno onde se coziam as cerâmicas. Com o mestre oleiro, viveriam também os aprendizes e forneiros, e em organizações de maior escala, almocreves, de modo a agilizar o processo de transporte e venda dessas mesmas produções (CORREIA, 1918, p.533). Assim, utilizando a data de 1501 como a data em que se efectiva a urbanização deste mesmo espaço (FARINHA, 1932, p.14), a população existente neste bairro vai aumentando gradualmente, o que eleva a sua importância a nível económico e logístico para a cidade de Lisboa, visto ser um importante centro de produção para o abastecimento da cidade. Em 1551 encontram-se documentados 206 oleiros, 16 fabricantes de telha e 22 de tijolo. No ano seguinte o número de oleiros aumenta para 210, existindo 60 fornos activos e estando o valor das suas produções avaliados em 10 000 cruzados (FARINHA, 1932, p.15).

Neste espaço, encontra-se o sítio arqueológico do Beco de São Marçal. É importante que fique explícito, para o caso de subsistirem dúvidas quanto à espacialidade do local, que este se situava no Bairro das Olarias, e não na mouraria em si (FARINHA, 1932, p.10). É necessário também que não se associe ao espaço fora da mouraria uma imagem errada, em que não viviam membros da comunidade muçulmana. Na verdade era permitido aos mouros viverem nos arrabaldes da cidade (FARINHA,

1932, p.12), e o Bairro das Olarias era um exemplo da convivência entre o mundo islâmico e o cristão.

III. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Os materiais estudados nesta dissertação fazem parte do conjunto de espólio cerâmico proveniente da escavação no edifício nº13 C no Beco de São Marçal, na actual Mouraria de Lisboa, um antigo espaço de oficina de carros contemporânea – coordenadas: 38.7177667, - 9.134369.



Figura 1: Ortofotomapa da malha urbana circundante ao Beco de São Marçal (estrela amarela) (via Lisboa Interactiva - <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>) escala 1:1500.

As vias que rodeiam o Beco de São Marçal não parecem ter-se alterado significativamente ao longo do tempo, mantendo ainda o já mencionado traçado “orgânico” de ruas e becos. A via mais importante em torno do sítio arqueológico é a Calçada de Agostinho de Carvalho, devido ao facto de ser a rua em que se insere o Beco de São Marçal. A Calçada de Agostinho de Carvalho, de orientação este-oeste é interceptada por um troço de orientação norte-sul, que é o Beco de São Marçal. Esta via já tinha este nome em 1637, em honra de Agostinho de Carvalho, um importante oleiro que ali residia em 1618. Em 1698 aparece mencionada a existência nesta rua *do pátio dos órfãos*, possivelmente o Beco do Alegrete dos nossos dias (MACEDO, 1960, p.66-67). Esta tem o seu início na Rua das Olarias (FARINHA, 1932, p.9), designação que reflecte as actividades desenvolvidas nesta zona e que partiria da Calçada de Agostinho

1:1500. Cartografia Histórica por Guilherme Menezes, 1761. (Via Lisboa Interactiva - <http://lxi.cmlisboa.pt>).

Assim, o actual Beco de São Marçal encontrava-se, em finais do século XIV e durante o século XV, entre a zona de produção de olarias - na encosta do monte da Graça, percorrida pela Rua das Olarias e entre a zona de venda dessas mesmas produções estruturada pela Rua de Benfica. Num local privilegiado entre o local de produção e venda de olarias, a Calçada de Agostinho de Carvalho desempenharia um papel fulcral na ligação destes dois pólos facilitando a circulação de gentes e de bens.

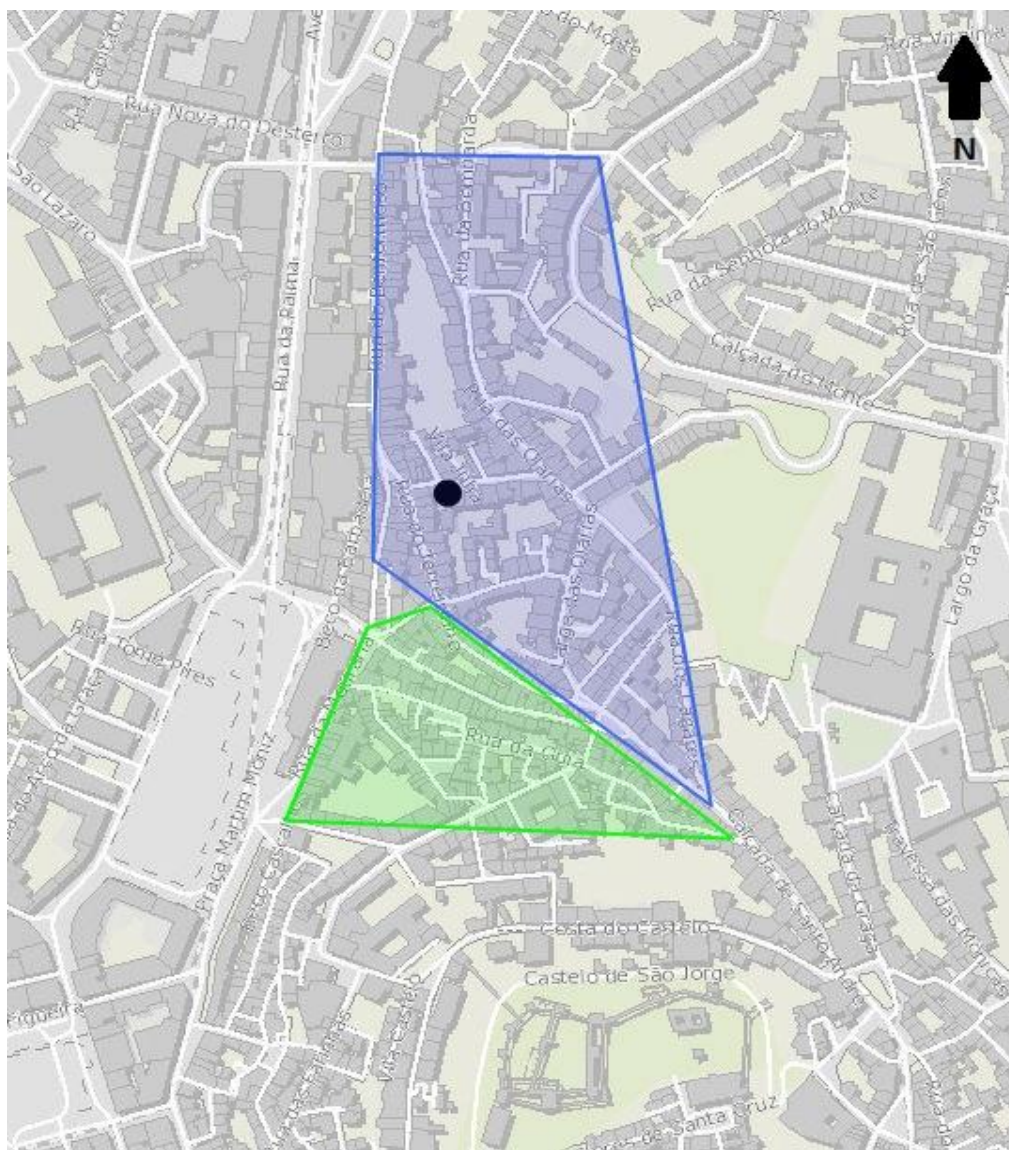


Figura 3. Mapa de parte da zona histórica de Lisboa. Escala 1:5000. A Verde a delimitação da Mouraria e a Azul do Bairro das Olarias segundo descrição de António Farinha, com a localização do sítio do Beco de S. Marçal (FARINHA, 1932, p.10-11).(Via Lisboa Interactiva - <http://lxi.cm-lisboa.pt>).

Uma breve menção é devida à caracterização geológica desta zona. O Beco de São Marçal encontra-se na área que diz respeito aos depósitos miocénicos de Lisboa, que cobrem a sua zona central e ocidental estendendo-se até à região de Almada (ALMEIDA, 1986, p.3). Por último, é necessário referir apenas que o sítio arqueológico aqui em estudo estaria próximo de solos argilosos que seriam fulcrais para a produção cerâmica. Estes depósitos argilosos estendem-se desde a encosta da colina de São Jorge até à encosta da colina de N. Sra. Do Monte, prosseguindo até Carnide e Benfica⁴.

III. 1. A intervenção

A recuperação do edifício nº13 C do Beco de São Marçal foi levada a cabo em 1993 e inseriu-se no projecto de Reabilitação Urbana da mouraria, do qual fizeram parte também duas outras intervenções alvos de trabalhos arqueológicos, uma no Beco das Farinhas nº4 e outra na Rua da Amendoeira nº30, em 1993 e 1997, respectivamente. O projecto de requalificação da zona da mouraria foi contemplado no Plano Estratégico de Lisboa (PEL) de 1992, onde ficou incluída na Área Central de Lisboa (PDM de Lisboa, Relatório de Enquadramento, 1993, p.20). Este plano encontrava-se a ser desenvolvido em conjunto com o Plano Director Municipal (PDM), que tomou forma em 1994 e que procurou estabelecer regras de ocupação, de utilização e transformação do território municipal – ou seja traduzir as propostas e conceitos urbanísticos do PEL de 1992 em legislação. No PDM de 1994 encontra-se como objectivo a revalorização da função habitacional no conjunto da cidade, em particular da sua área central (PDM de Lisboa, Relatório de Enquadramento, 1993, p.21).

Foi desta forma que este lote do sítio do Beco de São Marçal obteve a sua qualificação de Área Histórica Habitacional, qualificação que surgiu como resposta à substituição de áreas residenciais por zonas de desenvolvimento de actividades terciárias, que levava a uma quebra no número de população a residir nesses mesmos espaços (PDM de Lisboa, Relatório de Enquadramento, 1993, p.21). Assim, estas qualificações visavam a protecção das áreas históricas face à sua desvalorização e degradação (PDM de Lisboa, Relatório de Enquadramento, 1993, p.22). Procedeu-se assim ao acondicionamento de edifícios dentro dessas zonas históricas, privilegiando ainda a

⁴ GEODADOS.CM-LISBOA.PT/DATASETS/CARTA-TIPOS-SOLO.

sua salvaguarda em casos de interesse cultural, arquitectónico ou ambiental (PDM de Lisboa, Relatório de Enquadramento, 1993, p.22).

A intervenção arqueológica justificava-se pela já referida inserção do espaço numa zona histórica e revestiu-se de um carácter de emergência, tendo-se iniciado num momento em que a obra estava já em curso (SABROSA, 2016, p.2, CNS: 35896). Acerca das características da obra de reabilitação do nº13 C do Beco de São Marçal, o breve relatório dos trabalhos arqueológicos apenas refere a construção urgente de um muro de suporte, não sendo clara a sua funcionalidade nem localização no interior do edifício⁵ (SABROSA, 2016, p.2, CNS: 35896).

Dado o carácter de emergência, os objectivos principais da equipa - constituída por Armando Sabrosa, José Luis Monteiro e Natalina Guerreiro – foram a recuperação e registo dos contextos arqueológicos afectados pela obra, sendo estas tarefas realizadas no espaço de dez dias entre 1 e 10 de Março de 1993 (SABROSA, 2016, p.3, CNS: 35896). Assim, os trabalhos consistiram na *“limpeza de um corte com abundante espólio cerâmico; desenho e fotografia do mesmo corte; recuo do corte em escavação para uma mais correcta integração estratigráfica do espólio”* (SABROSA, 2016, p.4, CNS: 35896). Os elementos gráficos que mais informação aportam à compreensão da intervenção e do contexto são a planta do edificado (escalada 1:10), o desenho do corte com indicação das camadas (Figura 4 e 5, respetivamente) e as fotografias do plano final.

⁵ Devemos referir que o conteúdo do relatório, que se pode considerar escasso, foi certamente condicionado pelas características e momento da intervenção, um trabalho de emergência realizado em 1993, e pelas dificuldades acrescidas relacionadas com o falecimento do arqueólogo responsável, Dr. Armando Sabrosa, não deixando este de ser, ainda assim, uma valiosa fonte de informação para o estudo deste contexto arqueológico.

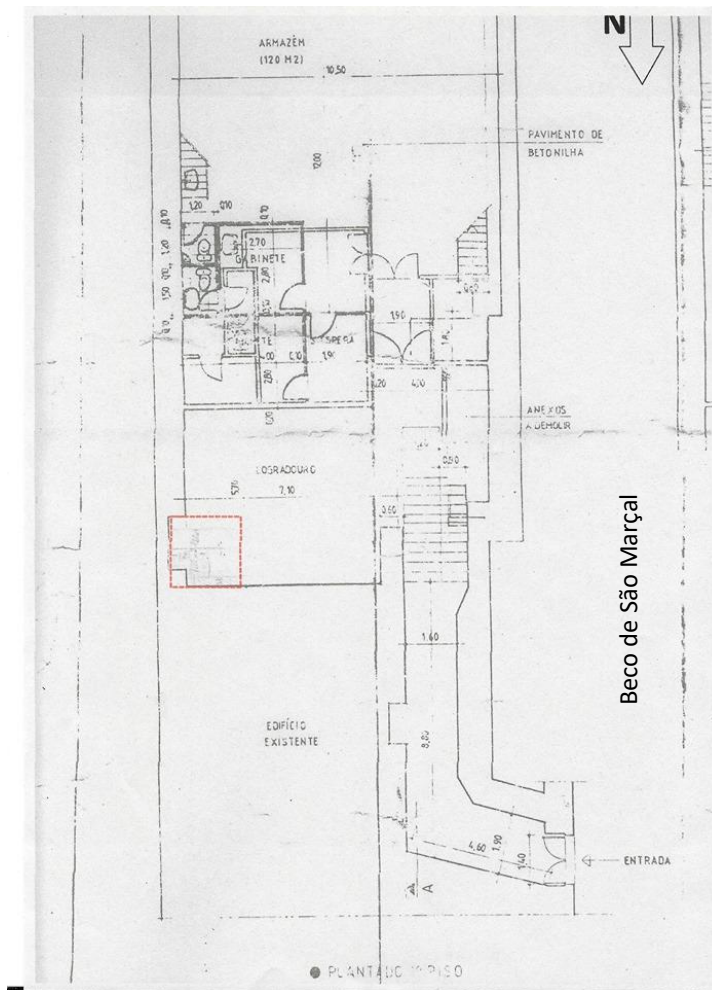


Figura 4. Planta do Edifício nº13 C do Beco de S. Marçal. A área intervencionada encontra-se aqui delimitada pelo quadrado vermelho. Imagem retirada do relatório de escavação (SABROSA, 2016, p.5 CNS: 35896).

A análise do desenho do corte revela a existência de um total de 11 camadas de sedimentos (acompanhadas de descrição) e de um muro, que não surge descrito na legenda nem no corpo do relatório, não sendo claro se se trata de uma estrutura arqueológica. A partir da análise da fotografia do plano final de escavação parece-nos que este muro poderá ter sido reaproveitado como reforço de fundação para um dos muros do edifício contemporâneo que se lhe sobrepõe.



Figura 5. Foto nº10 da intervenção no Beco de São Marçal nº13 C. Muro, trabalhos de escavação de recuo do corte (SABROSA, 2016, p.20, CNS: 35896).

Os sedimentos escavados no corte encontravam-se a este do muro (camadas 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11) e a oeste (camadas 5, 6, 7 e 8). De acordo com a escala apresentada no desenho do corte, o muro teria uma largura aproximada de 60 cm. A área de escavação correspondente à porção este do corte ocuparia cerca de 100 cm de largura e 230 cm de altura, enquanto os sedimentos escavados a oeste apresentavam uma largura de 30 cm na base e uma altura de 120 cm (SABROSA, 2016, p.8, CNS: 35896).

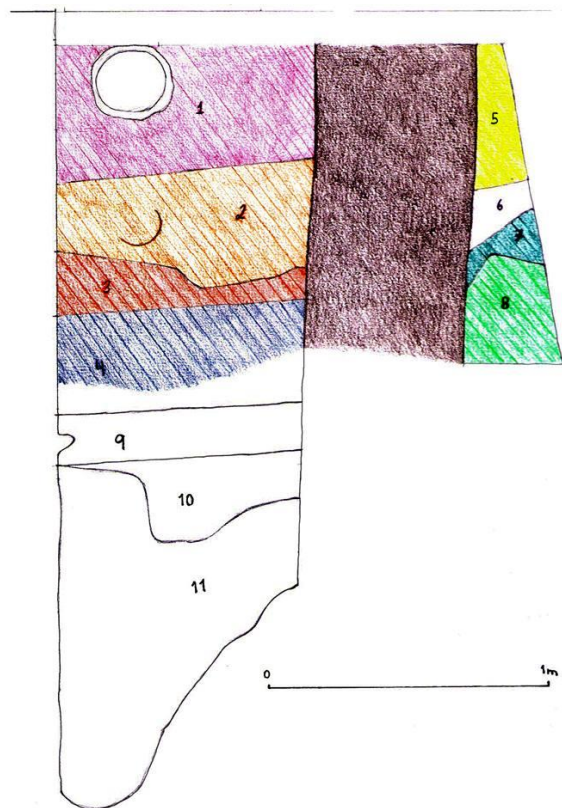


Figura 6. Reprodução do desenho do corte da escavação arqueológica no Beco de São Marçal, de acordo com o registo apresentado no relatório de escavação (SABROSA, 2016, p. 8, CNS: 35896).

Transcrevemos de seguida a descrição das camadas de acordo com o relatório:

Camada 0 – Pavimento de cimento. cobre 1, 5 e o muro.

Camada 1 – Sedimento de consistência argilosa e cor escura, detendo algum espólio cerâmico. Coberta por 0, cobre 2.

Camada 2 – Sedimento argiloso de tonalidade semelhante à camada 1. Coberta pela camada 1, cobre a camada 3.

Camada 3 – Sedimento argilo-arenoso, de tonalidade escura, apresentou cerâmica e escória. Coberta pela camada 2, cobre a camada 4.

Camada 4 – Sedimento arenoso de cor negra escura, apresentava uma grande quantidade de carvões assim como grande volume de espólio e fragmentos de barro cozido na base da camada. Coberta pela camada 3, cobre a camada 9.

Camada 9 – Sedimento de consistência semelhante ao da camada 4, sendo, no entanto, de uma tonalidade menos escura e tendo menos escória – apesar de igualmente abundante em espólio. Coberta pela camada 4, cobre a camada 10.

Camada 10 – Sedimento argiloso de cor cizento-acastanhado, abundante em espólio e com bastantes cinzas. Coberta pela camada 9, cobre a camada 11.

Camada 11 – Sedimento de tonalidade clara. Distingue-se das demais por apresentar bolsas de argila, de areia e de cinzas e tem algum espólio cerâmico. Coberta pela 10.

Camada 5 – Sedimento de tonalidade amarela clara com uma mancha de cor negra e algum espólio cerâmico. Coberta por a camada 0, cobre a camada 6.

Camada 6 – Sedimento argiloso de cor avermelhada. Coberta pela camada 5, cobre 7.

Camada 7 – Sedimento de consistência argilosa e cor esverdeada escura, apresenta carvões e pouco espólio. Coberta pela camada 6, cobre a camada 8.

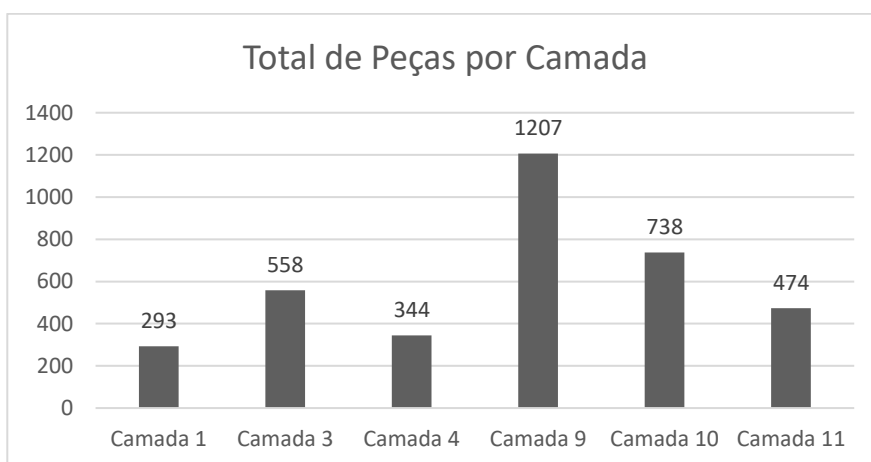
Camada 8 – Sedimento argiloso de coloração verde, praticamente sem espólio arqueológico. Coberta pela camada 7 (SABROSA, 2016, p.8, CNS: 35896).

O relatório conclui que o espólio cerâmico recuperado aponta para um período cronológico balizado entre os séculos XIV e XV, sendo o contexto classificado como uma fossa de despejo de olarias, com restos de produção e restos detriticos variados (SABROSA, 2016, p. 2, CNS: 35896). Não obstante, cabe-nos referir que Clementino Amaro e Alexandra Gaspar, no artigo posterior, propõem uma interpretação ligeiramente diferente, apesar dos materiais corresponderem de facto às formas típicas do século XV e partilharem semelhanças a nível de pastas com produções do XIV. Não se pode classificar o sítio como sendo característico de um despejo de olaria, justificando-se pela ausência de elementos típicos de contextos de produção (como trempes), e dado o facto de muitas das peças demonstrarem marcas de utilização. Neste sentido, a localização do sítio, em pleno bairro das olarias, pode sugerir uma proximidade a antigos locais de produção de olarias, mas não corresponder necessariamente a um contexto de despejo das mesmas (GASPAR; AMARO, 1997, p.337). Exposta a informação que diz respeito ao relatório de escavação e às conclusões

chegadas pela equipa de arqueólogos responsáveis, assim como também por Clementino Amaro e Alexandra Gaspar no artigo de 1997, passaremos agora à nossa proposta de interpretação do contexto escavado.

Em relação aos momentos que são possíveis de reconhecer neste sítio arqueológico, acreditamos ser só um, em que é aberta uma fossa que é cheia com os materiais recolhidos na intervenção arqueológica. Para corroborar esta afirmação apoiamo-nos nos resultados do estudo do espólio.

Gráfico 1: Total de fragmentos por camada



Primeiramente, devemos referir que existem colagens entre as diversas camadas estratigráficas: a peça B.S.M. LX. 2019. 0215 apresenta colagens entre a camada 3 e a camada 9. A camada 4 e a camada 9 apresentam também colagens na forma das peças B.S.M. LX. 2019. 0177, B.S.M. LX. 2019. 0191, B.S.M. LX. 2019. 0211, B.S.M. LX. 2019. 0367. Já as camadas 9 e 10 apresentam colagem na peça B.S.M. LX. 2019. 0293 e as camadas 10 e 11 apresentam uma colagem, a peça B.S.M. LX. 2019. 0435. Para além das colagens entre camadas, todo o espólio material é extremamente semelhante, sendo um contexto bastante coeso, composto quase exclusivamente por cerâmica de barro vermelho. Dentro deste grupo cerâmico as formas assemelham-se em morfologia e decoração, apresentando algumas variantes, mas detendo sempre uma matriz idêntica já que a grande maioria do espólio diz respeito a formas cerâmicas de uso doméstico, nomeadamente várias formas de tachos, panelas, tigelas, infusas e pratos de barro vermelho. Tal como referido, entre a colecção analisada não foram identificados trempes, nem descartes de formas cerâmicas defeituosas, habituais nos contextos de produção oleira.

Voltando à análise do contexto arqueológico, devemos agora deter-nos na estrutura identificada neste contexto e na sua importância para a sua interpretação. No relatório de campo não existe nenhuma referência concreta à natureza desta estrutura, nem se especifica a sua relação estratigráfica com as camadas, não sendo possível determinar uma relação segura de anterioridade ou posterioridade, facto que dificulta em muito a interpretação do contexto. Ainda que a nossa análise incida no espólio cerâmico, considerámos que seria importante expor hipóteses possíveis para a compreensão desta mesma estrutura, com base nos poucos dados que temos disponíveis: o registo fotográfico existente no relatório, e o já mencionado desenho do corte estratigráfico. Concluimos que, apresentando as camadas continuidade, esta estrutura será posterior aos depósitos constituídos pelas sondagens 1 e 2. Desta forma, o muro que se encontra entre as mesmas terá cortado as camadas aquando da sua construção. Importa também recordar que foram identificadas colagens entre fragmentos recolhidos nas diferentes camadas atribuídas durante a escavação, um dado que confirma a relação de contemporaneidade entre as camadas identificadas a ambos lados da estrutura, indicando também que a formação destes depósitos de terra ocorreu numa sequência rápida. Por outro lado, uma quantidade considerável de fragmentos cerâmicos apresenta indícios de utilização, como marcas de uso ao fogo e desgaste ao nível das bases, indicativo de um período de vida utilitário que precedeu a sua deposição.

Ainda que o objecto de estudo da presente análise seja o espólio cerâmico, importa referir que durante a escavação foram também recuperados vestígios de outros materiais que oferecem dados importantes sobre este contexto arqueológico, mesmo que não nos tenha sido possível levar a cabo o seu estudo detalhado no âmbito da presente dissertação. Há a referir, em primeiro lugar, uma quantidade considerável de porções de fauna (contabilizando-se um total de 25 sacos) presentes nas camadas 9, 10 e 11 da qual merecem destaque 4 ossos de bovídeo, que poderão ter servido como “*safras para afiar foices serrilhadas*” (SABROSA, 2016, p.3, CNS: 35896). Estes ossos apresentam incisões de modo a alojar grãos de areia ou outros elementos abrasivos, que por sua vez durante o seu movimento sobre a superfície de uma lâmina limaria a mesma aguçando o seu gume (MORENO-GARCIA;PIMENTA;RUAS, 2005, p.573). Este reaproveitamento dos ossos enquanto afiadores para as lâminas das foices pode estar ligado às hortas existentes nesta zona da cidade, assim como à agricultura de subsistência que era

praticada nos quintais das suas casas (AZEVEDO, 1899/1900, p. 215), testemunho da importância da agricultura para estes indivíduos.

Foram também recuperados em escavação 14 sacos que continham escórias, provenientes das camadas 2, 3, 4, 9 e 11. Continham no seu interior escórias de ferro e porções do que pareciam ser escórias de vidro. No entanto, a presença de porções de lajes vidradas de grande dimensão leva-nos a considerar que, além de fragmentos de escória de vidro, temos também possivelmente vestígios de paredes de um forno cerâmico, resultando este aspecto do processo de vitrificação da sílica presente nas paredes do forno, consequência das elevadas temperaturas atingidas durante o funcionamento do mesmo. Não obstante, parece-nos que estes elementos não são suficientes para interpretar este contexto como um despejo de actividade oleira.

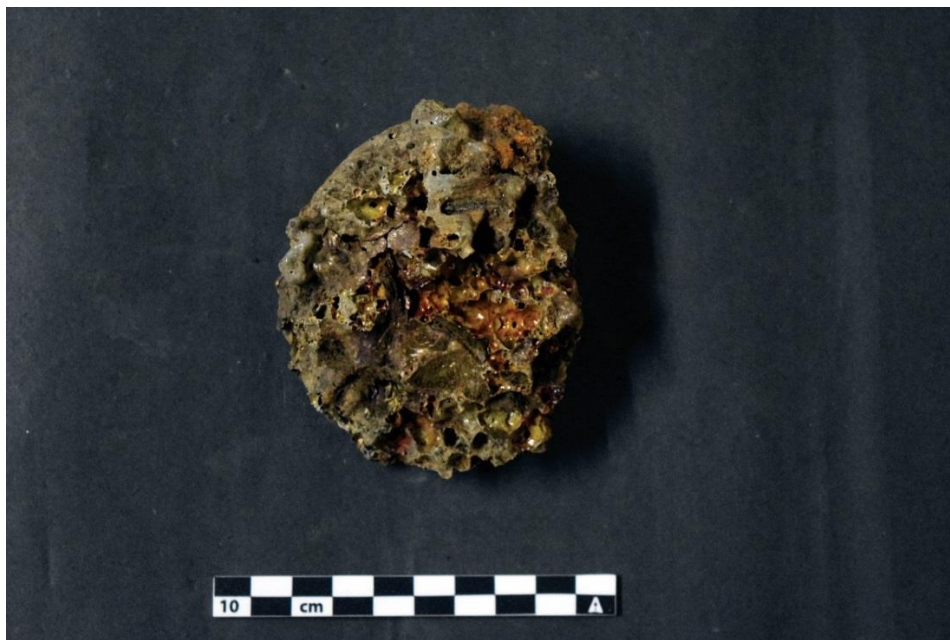


Figura 7. Exemplo de escória de vidro.



Figura 8. Exemplo da “laje” que cremos ser parte de parede ou chão de forno.

Face às características do espólio analisado (fundamentalmente peças de uso doméstico com marcas de utilização) e a presença de porções de fauna, parece-nos que se trata de um depósito coerente com despejo de lixos domésticos, ainda que se reconheçam alguns indícios de actividades de forja e produção cerâmica, como atestam as escórias e demais elementos anteriormente descritos.

A partir dos séculos XV e XVI, começa a existir um maior nível de especialização do ofício oleiro, começando a surgir olarias especializadas na produção de certos tipos de cerâmica (FERNANDES, 2012, p.20). Para além do elevado nível de especialização, sabemos que as oficinas de produção de olaria, entre os séculos XIII e XVIII, são operadas por grupos familiares, que poderiam ou não, dependendo da necessidade, contratar pessoal de fora da família para desempenhar diversas tarefas (FERNANDES, 2012, p.23). Em qualquer caso, seria frequente que as olarias se localizassem nas imediações das áreas de habitação, funcionando simultaneamente como lar e local de trabalho, sendo que no quintal existiria um espaço próprio onde se situaria um forno destinado à produção de cerâmica – como aliás já foi mencionado⁶. O contexto arqueológico analisado será um testemunho desta convivência entre os espaços domésticos e produtivos que caracteriza este período.

⁶ Ver apartado II.4.

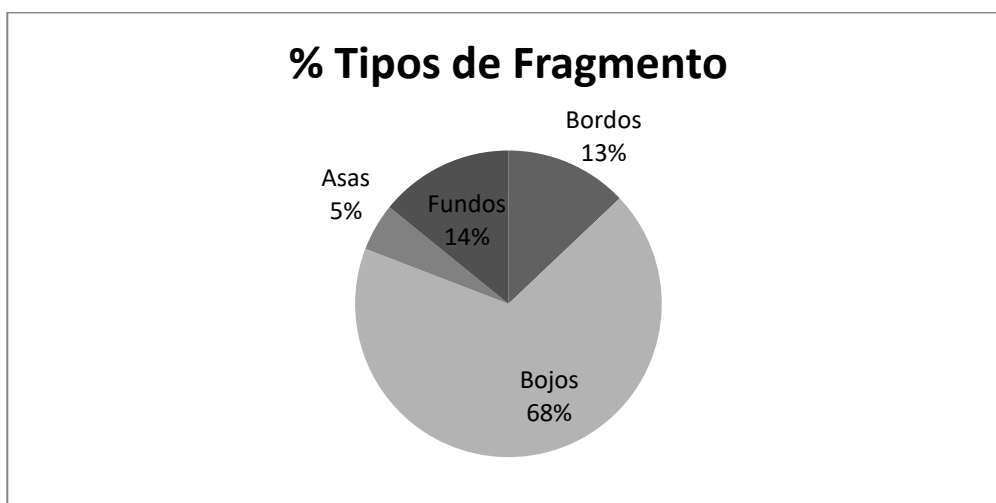
IV. OS FABRICOS CERÂMICOS

IV.1. Quantificação

Neste apartado, iremos abordar a produção cerâmica considerando a composição das pastas, as cozeduras, os tratamentos de superfície e os motivos decorativos.

O conjunto estudado é composto por 3614 fragmentos. Ainda que o grau de fragmentação da coleção fosse relativamente elevado foi possível levar a cabo um número importante de associações de fragmentos e colagens, bem como identificar porções representativas de diferentes formas. Após estas associações, a grande maioria dos fragmentos corresponde a porções de bojos (2454). Os restantes fragmentos foram divididos entre as categorias de asas (181 fragmentos), bordos (468 fragmentos) e fundos (511 fragmentos). Assim, os fragmentos de bojo perfazem 68% da coleção estudada; os fundos 14%; os bordos 13% e as asas 5%. Para o cálculo do NMI, utilizámos a metodologia de contabilização dos bordos diferenciados (após as colagens e associações) conforme proposto por S. Raux (RAUX, 1998), contabilizando-se 468 indivíduos. Para efeitos da análise formal devemos referir também a identificação de 66 fragmentos de fundo para os quais foi possível determinar o tipo de peça a que pertenciam.

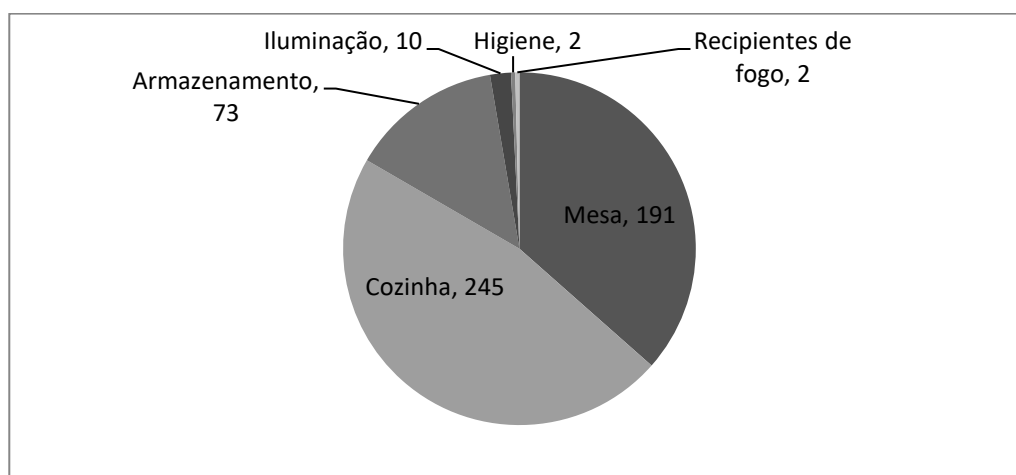
Gráfico 2: % Tipos de fragmento



No que toca à funcionalidade das formas cerâmicas identificadas estas correspondem principalmente a cerâmica de cozinha e de utilização à mesa. Em boa verdade, estes dois grupos correspondem à grande maioria de todo o espólio analisado, sendo que em conjunto perfazem cerca de 83% (36% - loiça de mesa; 47% - loiça de

cozinha). Para que fique claro, tomámos como loiça de mesa pratos, tigelas, infusas, canecas, e como loiça de cozinha panelas, tachos, frigideiras e testos. Os testos serviriam para cobrir panelas, tachos e potes e optámos por contabilizá-los individualmente, já que não foi possível associá-los a apenas um tipo de forma, considerando a amplitude de dimensões documentadas. Dentro da loiça de cozinha optámos por contabilizar os fogareiros individualmente e categorizá-los como “recipientes de fogo”. Além destas categorias identificámos também em menor quantidade formas de armazenamento (talhas), iluminação (candeias) e higiene (bispos) (Gráfico 4). Finalmente, cabe-nos referir o número de perfis completos conservados. Entendemos por isso peças inteiras, fragmentos, ou colagens, que apresentem porções de bordo, bojo e fundo e que permitam assim a apreensão do perfil da peça na sua totalidade. Apenas foram recuperados 15 perfis completos, menos de 1% do número de fragmentos total da colecção. Dos perfis completos foram identificados 4 tachos, 3 tigelas, 3 candeias, 2 testos, 2 pesos de tear e 1 prato.

Gráfico 3: Distribuição das formas por funcionalidade



No que diz respeito à caracterização das pastas, as cerâmicas foram classificadas quanto à incidência de elementos não plásticos (ENP's) e ao seu tamanho. Conforme referimos, no que diz respeito ao tamanho considerámos grão grosso (superior a 5 mm), médio (de 5 mm a 2 mm) e fino (inferior a 2 mm). A quantidade foi classificada como Grande, Média ou Pequena.

A importância destas observações reside no facto de que, regra geral, o nível de depuração das pastas é demonstrativo de um maior ou menor cuidado a nível do fabrico das cerâmicas, sendo que, certas formas – por exemplo as talhas, cujo propósito é o

armazenamento - tendem a ser muito menos depuradas do que formas como pratos – que servem para servir alimentos à mesa – e que por isso mesmo são mais depuradas, apresentando também outro tipo de tratamentos de superfície.

Esta abordagem é coerente com os tipos de fragmentos estudados, sendo que um número considerável das formas diz respeito a cerâmica de mesa que, como veremos, seria fabricada com recurso a pastas relativamente depuradas e com ENP's de reduzidas dimensões. O outro grande grupo representado diz respeito à cerâmica de cozinha – como painéis e tachos – para as quais não parece existir esse mesmo cuidado, exactamente porque a sua função não o exige.

Devemos agora abordar o elemento mais expressivo de todo o estudo: a predominância de cerâmica comum e a muito reduzida quantidade de cerâmica vidrada. Esta particularidade do conjunto em questão facilitou o estabelecimento de grupos gerais para a cerâmica, uma vez que a cerâmica vidrada representa somente 0,13% de todo o conjunto, apenas 5 fragmentos. Dada a grande uniformidade do conjunto, composto maioritariamente por fragmentos de cerâmica comum, optámos por subdividir este grupo de acordo com as características evidenciadas pelas pastas, nomeadamente no que respeita à coloração, depuração, compactidade e tipos de ENPs. Estas, regra geral, apresentam tons entre os vermelhos e laranjas – existindo no entanto, pontuais peças de tonalidades negras, que sugerem outros tipos de cozedura ou talvez locais de produção distintos. Assim, registam-se os seguintes tipos de pastas:

I – Pasta de coloração alaranjada (Munsell 2.5 YR 7/8), compacta, contendo inclusões quartzo-micácicas, ocasionalmente com inclusões de calcite e feldspato, e também de chamota. Elementos não plásticos variam conforme a forma e função, sendo, no entanto, de pequena dimensão e média quantidade.

II – Pasta de coloração cinzenta (Munsell 2.5 YR 5/1), semelhante à anteriormente mencionada, não apresentando no entanto inclusões de feldspato. A nível de depuração, estas apresentam desengordurantes de pequenas a médias dimensões e média quantidade.

III – Pasta de coloração cinzento-avermelhada (Munsell 2.5 YR 5/2), em tudo semelhantes às anteriores, apresentando-se no entanto extremamente depurada, com elementos não plásticos de pequena dimensão de escassa ocorrência.

IV – Pasta de coloração laranja-rosado (Munsell 2.5 YR 7/6), idêntica à pasta I, apresenta elementos não plásticos de pequena dimensão a média dimensão e pequena a média quantidade.

As características das pastas, desde a sua composição à coloração, são semelhantes às de outros contextos estudados na Lisboa tardo-medieval, como por exemplo no Castelo de S. Jorge (GASPAR; GOMES, 2013, p.721). Partindo do princípio que se assiste a uma nova estratégia de exploração de barreiros e conseqüentemente novos locais de fabrico das peças, os fornos poderiam então, a partir do século XIV, situar-se no Bairro da Mouraria (GASPAR; GOMES, 2013, p.721) onde aliás foi identificado um forno cerâmico na Rua da Amendoeira que estaria em funcionamento no século XV, com produções cerâmicas semelhantes às que estudámos (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.128).

Relativamente aos acabamentos de superfície, identificámos vidrados, engobes e brunidos, sendo que algumas peças analisadas apresentam vestígios de mais do que um tipo de acabamento, como veremos.

Nos escassos fragmentos de cerâmica comum vidrada (apenas 5 fragmentos), verifica-se que as pastas, são em tudo iguais às produções acima discriminadas, registando-se as cores dos revestimentos: vidrado em verde plumbífero e vidrado amarelo melado. Ambos parecem ser semelhantes, a nível de pasta, ao grupo IV, tratando-se de pastas quartzo-micácicas bastante compactas com ocasionais elementos de calcite e feldspato, assim como semelhantes níveis de depuração. Os fabricos de cerâmica vidrada nesta região datam já desde o período islâmico, como evidenciado pelos contextos de produção na Rua dos Correeiros e no Mandarim Chinês, que datam dos finais do século X a XII (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.575). Durante os séculos XV a XVI, estas produções regionais destacar-se-ão, dando-se uma progressiva expansão destas produções da olaria portuguesa durante este mesmo período (BARRADAS, SILVA, 2017, p. 1676). Desta forma propomos também a região de Lisboa como possível local de fabrico, pelas razões acima esclarecidas.

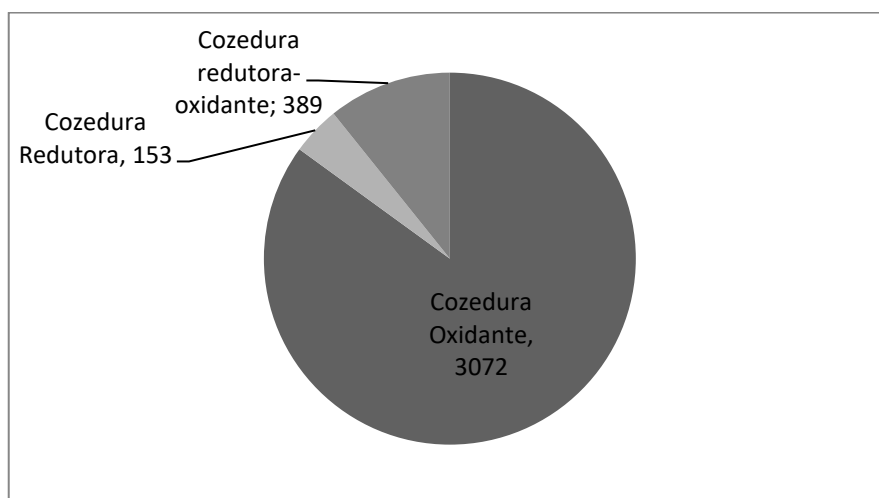
É de salientar que, a maioria das peças que evidenciam tratamentos de superfície como os vidrados, pintura e brunidos dizem respeito a fragmentos relativamente bem depurados, em particular os grupos I e IV, que apresentam entre si a totalidade das

peças brunidas e pintadas. Os vidrados neste estudo foram somente verificados em pastas de tonalidade laranja-rosado e extremamente bem depuradas (Pasta IV).

No que respeita ao fabrico destas peças, cabe-nos evidenciar que a quase totalidade foi elaborada com recurso à roda de oleiro (torno rápido), com excepção das candeias e dos pesos de tear, que devido às suas formas específicas foram feitas manualmente. O recurso tão generalizado ao torno rápido é característico de uma produção oleira especializada.

Relativamente às cozeduras, como mencionado, a maior parte das peças apresenta colorações avermelhadas/alaranjadas e raramente rosadas. A maioria dos fragmentos analisados apresenta indícios de cozedura oxidante (85%). A cozedura redutora-oxidante verificou-se em 11% das peças, deixando as cozeduras redutoras com apenas 4% de representatividade.

Gráfico 4: % Cozeduras dos fragmentos cerâmicos



No que diz respeito à decoração foram discriminados cinco: caneluras, incisões rectilíneas e/ou onduladas, dígitações, aplicações de cordão plástico e pintura a branco. Apenas 405 fragmentos (11,2%) apresentam decorações.

A opção decorativa mais recorrente é, sem dúvida, a utilização de caneluras, que estão presentes em 233 fragmentos, o que equivale a 58% de todas as decorações. Este elemento decorativo pode ser observado numa grande variedade de formas – infusas, panelas, tachos e tigelas. Normalmente, situam-se abaixo do bordo destas peças, marcando a parte superior dos bojós. Esta opção decorativa encontra-se bastante

difundida nas formas referidas, durante os finais do século XIV até meados do XVI (CARDOSO; NETO; BATALHA; REBELO; SANTOS, 2019, p. 90).

O segundo tipo decorativo mais comum é a decoração incisa rectilínea, cujos 114 fragmentos representados perfazem 28% de todos os elementos decorativos. Tal como a maioria das decorações neste conjunto, estas encontram-se maioritariamente nos bojós das peças; apesar disso, dois destes estão presentes nos bordos de dois tachos (B.S.M. LX. 2019. 0166), (B.S.M. LX. 2019. 0223), descrevendo uma linha que percorreria toda a circunferência do bordo. Dez destas incisões encontram-se nas abas dos bordos de dez pratos, sob a forma de pequenas estrias, que percorreriam também toda a aba. Este tipo de decoração apresenta-se em bastantes exemplares, nestas mesmas formas e para o período entre o século XV e XVI (BUGALHÃO; COELHO, 2015, p. 125-130). Estas duas técnicas compreendem a grande maioria das decorações com as quais nos deparámos nesta colecção – 86%. A decoração incisa ondulada está presente em 32 fragmentos ou seja 8% de todas as decorações. Encontra-se bastante destacada no caso dos alguidares, onde pode adornar o bojo ou o bordo destas peças (B.S.M. LX. 2019. 0104), (B.S.M. LX. 2019. 0162). Neste caso estas decorações verificam-se maioritariamente na zona dos bojós (FERNANDES; CARVALHO, 1995, p. 213).

A decoração digitada representa apenas 3% do total e conta somente com doze elementos. Destes, oito encontram-se em bojós de tachos ou painéis, sendo que os restantes quatro encontram-se também nestas formas, mas na zona do bordo, causando os bordos das painéis a tomarem a forma de “laço” e nos tachos causando um efeito “ondulado” ao longo do bordo.

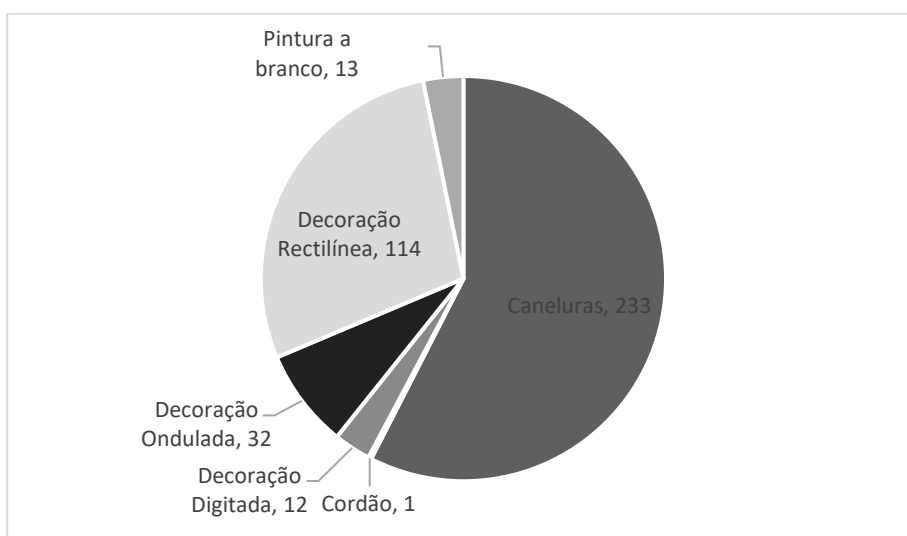
A pintura a branco aparece em 13 fragmentos, compreendendo assim 3% do total de decorações. Encontra-se na sua grande maioria em fragmentos de bojo, que pelas suas reduzidas dimensões não permite determinar as respectivas formas. No entanto, podemos registar o caso de uma asa em fita que aparece decorada com pintura a branco, assim como um prato que detém também essa mesma característica (B.S.M. LX. 2019. 0315). Esta técnica decorativa de tradição islâmica, está aqui representada maioritariamente sobre a forma de ponto, linha recta e linha ondulada. Apesar dos fragmentos serem de pequenas dimensões, não nos parece que detenham características de cariz naturalista, como será comum do século XV adiante (LIBERATO, 2012, p.104.). Pelo contrário, os fragmentos em questão, parecem ser caracterizados por um tipo de

“padrões esquemáticos essencialmente geométricos” em oposição às “representações fitomórficas de feição naturalista” (LIBERATO, 2012, p.111). Assim sendo, estas peças inserem-se facilmente nas produções da cidade entre os finais do século XIII e todo o século XIV.

De facto estes fragmentos de cerâmicas de barro vermelho com pintura a branco são pouco frequentes no registo arqueológico do século XV, sendo verossímil dizer que não se trataria de uma produção massificada, apesar de característica da zona de Lisboa (GASPAR;GOMES, 2013, p.722). A sua presença neste contexto dever-se-á a uma continuidade na utilização das peças em momentos posteriores ao seu fabrico. No século XV, no entanto, estas peças representariam um certo estatuto ou poder económico. O objectivo da decoração seria inclusive uma tentativa de inserir as mesmas em redes comerciais que ultrapassassem o abastecimento local, almejando alcançar uma difusão regional (LIBERATO, 2012, pp. 109 e 114).

Por último, existe um único elemento registado de decoração com recurso à aplicação de um cordão plástico digitado num bojo de talha, assim identificado devido à grande dimensão e grossura do fragmento. Este corresponderia ao colo e o cordão percorreria toda a circunferência da peça.

Gráfico 5: % Tipos de decoração



Passando agora para os tratamentos de superfície, devemos começar por referir que, com excepção dos 153 fragmentos que apresentam cozedura redutora e que não

sofreram qualquer tipo de aplicação de aguada, todos os restantes fragmentos foram revestidos por uma camada de aguada normalmente de cor vermelha, sendo que as tonalidades acabam inevitavelmente por variar, existindo peças alaranjadas ou rosadas. Esta aplicação é coerente com a designação que recebem estas cerâmicas, frequentemente referidas na bibliografia como sendo de barro vermelho de Lisboa. As formas abertas são revestidas pela aguada tanto na superfície externa como interna, enquanto nas formas fechadas só a parte externa é coberta com esta aplicação. Desta forma, estimamos que 96% de todos os fragmentos analisados foram cobertos com aguada vermelha.

No que diz respeito aos brunidos, existem 77 fragmentos que conservam este tratamento de superfície, mas tratam-se na maioria de fragmentos incaracterísticos, pelo que não foi possível discernir a que tipo de formas poderiam pertencer. Contudo, algumas das peças de perfil completo, ou com bordos e paredes intactas, oferecem-nos um vislumbre para o tipo de formas que passariam por este processo. Estas peças seriam as tigelas, pratos, frigideiras, tachos e alguidares. As peças brunidas obtinham uma espécie de brilho reluzente, assim como algumas propriedades antiaderentes que facilitaria a confecção de alimentos e a própria lavagem, explicando a razão da sua aplicação em cerâmica de cozinha e de mesa para servir alimentos. Contudo, um dos elementos mais peculiares trata-se de um fragmento de infusa que apresenta um brunido incompleto no exterior da peça. É a única peça que não se encontra nos grupos anteriormente mencionados— todos os restantes fragmentos são brunidos internamente, o que poderá sugerir que neste caso o brunido teria uma componente decorativa.

Relativamente aos vidrados, 4 dos 5 fragmentos recuperados apresentam um vidrado em verde plumbífero, enquanto o fragmento restante apresenta uma coloração amarela-melada. O tamanho muito reduzido dos fragmentos impossibilita qualquer aferição das suas potenciais formas, com a excepção de 2 fragmentos: um bordo de alguidar com um revestimento vidrado em verde plumbífero, aplicado tanto na superfície externa quanto interna, e o fragmento revestido em vidrado amarelo-melado, que pela forma e dimensões aparenta pertencer a um púcaro de pequenas dimensões — este encontra-se vidrado somente na superfície externa. O facto de que, nesta colecção cerâmica, praticamente não se tenham documentado peças vidradas, parece ser coerente com uma cronologia de produção onde a prática do vidrado não tinha ainda sido introduzida, a Baixa-Idade Média.

Concluimos este apartado salientando o elevado nível de homogeneidade a nível de fabricos entre todo o conjunto que aqui estudámos, apesar de algumas distinções entre os mesmos – o feldspato e a calcite são elementos que aparecem esporadicamente e os elementos quartzíticos, assim como as micas são possíveis de ser identificados em todos os fragmentos estudados.

IV.2 Marcas de Uso.

As marcas de utilização nas peças cerâmicas podem ser um dado valioso no momento de analisar um contexto arqueológico como a fossa detritica documentada no Beco de São Marçal. Como vimos, uma das hipóteses interpretativas para esta fossa é de que estaria associada a um contexto produtivo, podendo corresponder ao nível de descarte de uma olaria, conclusão chegada pela equipa de escavação, que depois é contestada por Clementino Amaro e Alexandra Gaspar (GASPAR; AMARO, 1997, P.337). No entanto, a ausência de materiais defeituosos face às marcas de uso verificadas numa percentagem representativa de fragmentos sugerem outras leituras.

Dos fragmentos de cerâmica analisados, 11,6% (420) apresentam marcas de utilização ao fogo. Estas encontram-se, previsivelmente, em formas como panelas, tacho e frigideiras e testos que seriam utilizados com estas peças. No entanto existem formas como as tigelas carenadas e pratos que apresentam também estas mesmas marcas de uso ao fogo, o que poderia sugerir que seriam utilizadas para aquecer alimentos previamente confeccionados. A incidência destas “queimaduras” é normalmente mais ténue do que nos casos de uma exposição ao fogo muito prolongada. No caso dos pratos seria possível que estes fossem, em alguns casos, utilizados como substitutos dos testos, cobrindo os recipientes de cerâmica de cozinha e acabando assim por ficar queimados. Contudo, nem todos os recipientes que se encontram com marcas de utilização ao fogo resultam de servirem na preparação de refeições. No caso das candeias, estas resultam de, enquanto cerâmica de iluminação, conterem o fogo para que se pudesse iluminar a área circundante. De uma forma distinta, os fogareiros serviriam como contentores de fogo cuja própria utilização – ainda muito difundida nos dias de hoje – exige que este mantenha fogo e brasas no seu interior de modo a poder ser utilizado como meio de aquecimento ou também para auxiliar na confecção de alimentos.

Outra das características da colecção é o facto de uma grande parte dos fragmentos se encontrarem bastante desgastados, com os bordos mostrando visíveis marcas de utilização, ou também os fundos. Este aspecto não foi contabilizado minuciosamente como os restantes; contudo, de um modo geral, nota-se que estes se encontram bastante gastos, o que implica que estas peças tenham passado por um amplo período de utilização. Um exemplo seria o da peça (B.S.M. LX. 2019. 061), uma escudela, que apresenta um desgaste claro na superfície, resultante do continuo uso de instrumentos – como colheres – na face interna.

Para terminar este apartado, referem-se apenas os 363 fragmentos, 10,4% da colecção total, que apresentam marcas de fogo na fractura indicando que foram expostos ao fogo já após a sua deposição. Parece-nos possível que isto tenha sucedido aquando de uma eventual queima dos resíduos depositados, algo bastante provável se considerarmos que as camadas 4, 7, 10 e 11 apresentaram abundantes quantidades de carvões e cinzas. Este processo de queima de despejos domésticos seria prática comum, especialmente atentando à existência de restos faunísticos, e que ainda se utiliza nos dias de hoje.

V. AS FORMAS CERÂMICAS

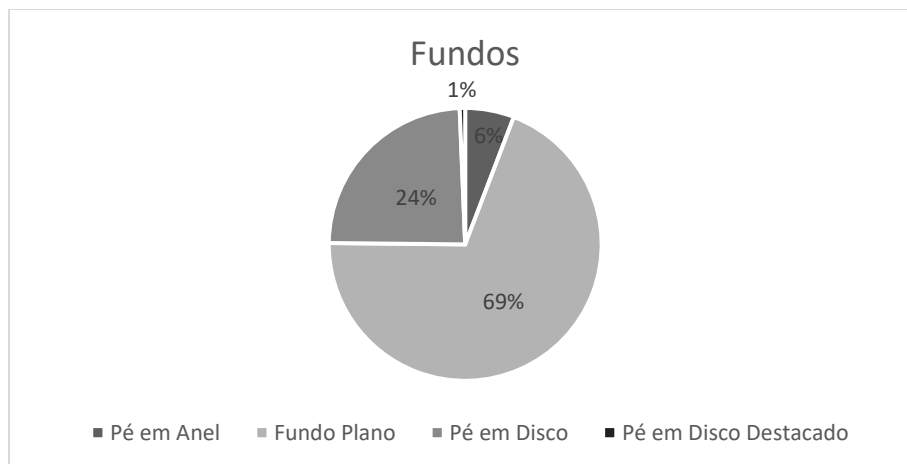
Optámos, então, por abordar primeiramente os grupos gerais em que foram divididos os fragmentos, tocando primeiro nos fundos e terminando com os bordos, grupo que acabou por ser representado maioritariamente no catálogo devido ao facto de ser através dos mesmos que deduzimos o Número Mínimo de Indivíduos (NMI) representados nesta colecção.

No que respeita à orientação das asas, importa referir que todos os elementos analisados com excepção de 3 fragmentos - cujas tipologias correspondem a 2 tachos e 1 frigideira com pegas de orientação horizontal - estão orientados verticalmente. Para além da orientação, denota-se que, dos 181 fragmentos de asa, 92 (51%) são de asas em rolo, 64 (35%) dos fragmentos são de asas em fita e os restantes 25 (14%) são apenas arranques de asas.

No que diz respeito aos fundos, estes foram agrupados em 3 grupos formais: fundo plano (215); pé em disco (78) e, pé em anel (16). Uma grande parte dos fundos

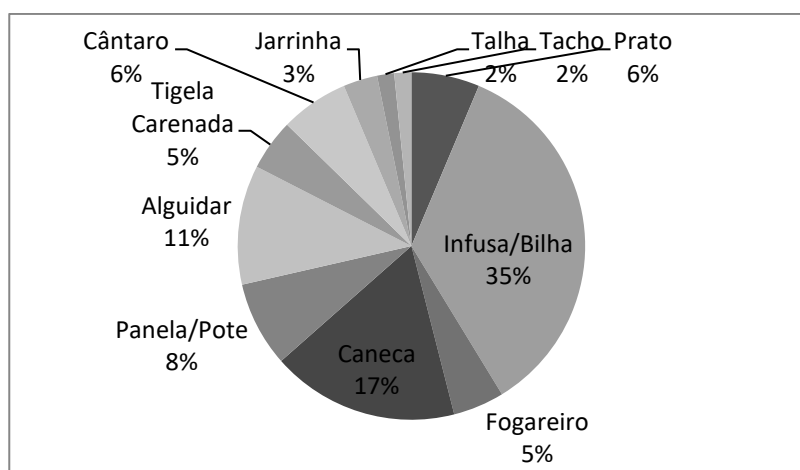
(201) – permaneceu indeterminada por falta de elementos passíveis de serem caracterizados.

Gráfico 6: % Tipos de fundo



Relativamente aos fundos planos, estes verificam-se num conjunto diverso de formas e apesar de assentarem num fundo plano, distinguem-se facilmente entre si. De todos os fragmentos de fundo estudados, foi só possível discernir a forma de 49 dos mesmos, ou seja 9%, sendo que dentro destes 9% existem algumas redundâncias devido à semelhança entre os fundos de panelas e potes, por exemplo.

Gráfico 7: % Fundos identificados



Reflectindo sobre o espólio cerâmico analisado, o grupo que acaba por dominar toda a colecção, compreendendo um considerável 43% da totalidade do conjunto, são as cerâmicas que dizem respeito à confecção de alimentos.

V.1 Formas e variantes:

Comecemos, então, por ter em conta os objectos com funções de armazenamento, nos quais foram reconhecidas quatro formas gerais (cântaros, potes, talhas e alcatruz) prefazendo um total de 73 NMI.

Em primeiro lugar, do cântaro, encontrando-se as características gerais descritas acima⁷, foram encontradas três variantes com 8 NMI. Definimos como cântaro as formas de grandes dimensões, fechadas, de colo estreito que serviam para armazenar ou transportar líquidos.

A variante “A” apresenta um bordo invertido com bordo de lábio subquadrangular, aplanado superiormente e demarcado exteriormente. Apresenta também caneluras na zona do bordo. Foram identificados 3 NMI para esta mesma variante, sendo que os diâmetros dos bordos destas peças variam entre os 8 e os 12,4 cm. A altura máxima registada dos bordos alterna entre os 2 cm e os 4,3 cm. No que diz respeito a paralelos para esta forma - o exemplo 8.1 em *Cerâmica moderna de Lisboa, Proposta tipológica*, abrange cronologicamente o século XV e inícios do XVI (BUGALHÃO; COELHO, 2017, p.118) e foi identificado no contexto da escavação do Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa cuja cronologia é balizada entre os séculos XV-XVIII (SILVA; GUINOTE, 1998). Também na Olaria de Santo António da Charneca no Barreiro, foram identificados como sendo bilhas, encontrando-se também balizado entre os finais do século XV e inícios do XVI (BARROS; BATALHA; CARDOSO; GONZALEZ, 2012, p.368). Encontram-se também paralelos para esta forma na Calçada de São Lourenço, Lisboa, num contexto habitacional dos séculos XVI-XVIII (TRINDADE; DIOGO 2003a, p.211). Da mesma forma, foram identificados paralelos em Santarém no Largo Pedro Álvares Cabral em contextos dos séculos XIV e XV (CASIMIRO; BOAVIDA, 2018, p. 29) aquando da escavação de silos reutilizados como lixeiras.

⁷ Ver apartado V.

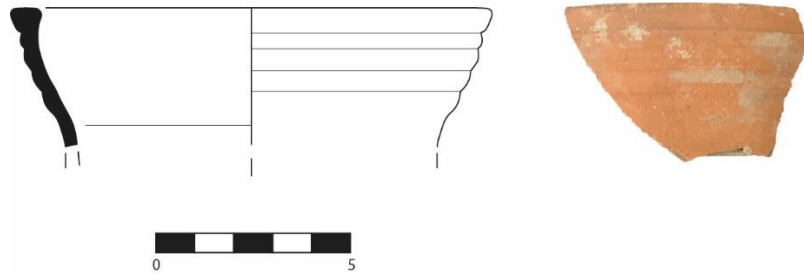


Figura 9. Peça B.S.M. LX. 2019. 0195. Exemplo mais representativo da variante A de cântaro.

A variante “B” apresenta um bordo exvertido, com lábio de secção semi-circular em aba, demarcado externamente. Apresenta também no bordo estrias, sendo que é estrangulado no colo. Para esta variante encontram-se representados três indivíduos. O diâmetro registado é entre os 12 e os 16 cm. A altura máxima registada no bordo é de 2,1 a 5,5 cm. A variante “B” apresenta paralelos no Palácio do Governador no Castelo de São Jorge em Lisboa, referente aos séculos XV e XVI (GASPAR et alii, 2009, p.665).

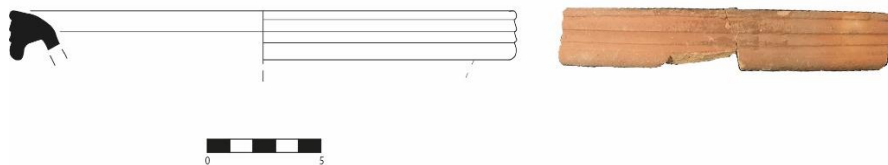


Figura 10. B.S.M . LX. 2019. 0370. Exemplo mais representativo da variante B de cântaro.

Por último, a variante “C” apresenta um bordo invertido com lábio de secção semi-circular, com decoração em caneluras abaixo do bordo. Registámos dois indivíduos, variando os diâmetros entre os 14 e os 15 cm, sendo a altura máxima registada do bordo de 2,7 cm a 3,8 cm. Para a variante “C” não foi possível, dentro da bibliografia consultada, encontrar paralelos formais.

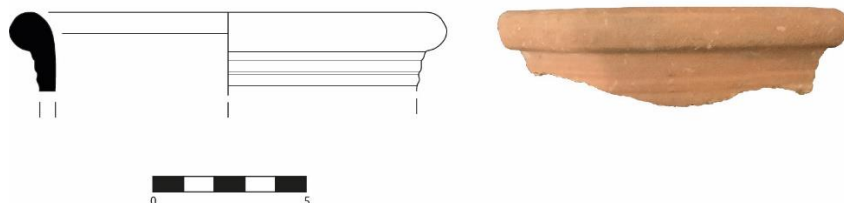


Figura 11. B.S.M. LX. 2019. 0360. Exemplo mais representativo da variante C de cântaro.

De seguida, os potes apresentam formas relativamente semelhantes às panelas, sendo contudo, regra geral, de maiores dimensões e não apresentando qualquer tipo de

marcas de utilização ao fogo – elemento que ajudou na sua distinção das panelas. Outro dos elementos distintivos é o facto dos indivíduos reconhecidos apresentarem decoração característica, que normalmente não se regista nas panelas devido a sua função. Distinguiram-se duas variantes de pote totalizando 3 NMI. Definimos como potes recipientes de média a grande dimensão, de forma fechada e tendência bojuda utilizado para funções de armazenamento.

O tipo “A” de pote, representado somente por 1 indivíduo, tem um bordo ligeiramente invertido com lábio de secção semicircular. Tem caneluras abaixo do bordo e um corpo bastante recto, fugindo à norma de corpos globulares ou mais volumosos. No que diz respeito às dimensões, apresenta 12 cm de diâmetro de bordo e 8,1 cm de altura máxima de bordo. A nível de paralelos, encontrámos uma peça semelhante nos contextos arqueológicos de Palmela em contextos do século XVI (CARVALHO; FERNANDES, 1998, p.235), com o mesmo tipo de bordo e desenvolvimento das paredes, sendo no entanto esta mais espessa que o exemplar aqui por nós estudado. Em Santarém, em contextos dos séculos XIV a XV na escavação de silos, reutilizados como lixeiras, é possível ver-se o mesmo tipo de bordo (CASIMIRO; BOAVIDA, 2018, p. 26).

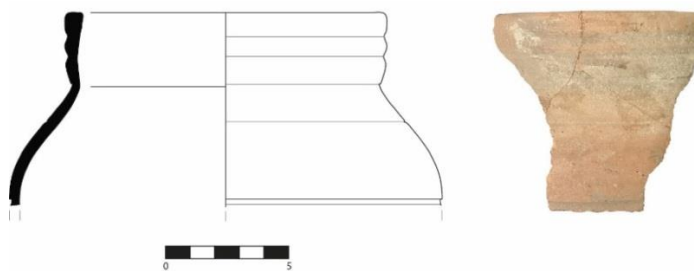


Figura 12. B.S.M. LX. 2019. 0363. Exemplo mais representativo da variante A de pote.

O tipo “B” de pote, com os restantes 2 indivíduos, apresenta bordo invertido com lábio de perfil subquadrangular e corpo de feição globular. A nível de dimensões os diâmetros variam entre os 18 e os 20 cm sendo que a altura máxima do exemplar com perfil completo é de 27 cm. Este último apresenta também duas asas, arrancando dos ombros da peça, que se estendem até ao colo. O fundo é ligeiramente convexo. Ambos os exemplares encontram-se bastante decorados na zona do bojo, sendo que um deles ostenta decorações incisadas onduladas, enquanto o de maiores dimensões apresenta

digitações em torno do bojo, à altura da zona de assentamento das asas - muito à semelhança do que foi classificado como sendo um pote num contexto de escavação de uma fossa detrítica resultante da produção oleira local, na Rua do Benfornoso entre os séculos XV-XVI (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.127). Partilha também de semelhanças a nível da asa, contudo nos restantes apresentam-se completamente distintos.



Figura 13. B.S.M. LX. 2019. 0531. Exemplo mais representativo da variante B de pote.

Em relação às talhas, com 2 NMI, distinguem-se como recipientes de grande dimensão, de forma fechada que serviam para armazenar alimentos líquidos ou sólidos. Apresentam apenas uma forma marcada por um bordo exvertido, curto e de secção semi-circular, demarcado exteriormente. Do que se encontra preservado, este sugere um traçado piriforme. No que diz respeito a dimensões, variam entre os 32 e os 36 cm de diâmetro, encontrando-se a altura máxima registada entre os 13 cm. Outro elemento característico destas formas são as paredes que se apresentam bastante espessas e, neste caso específico, com 5 cm de espessura.

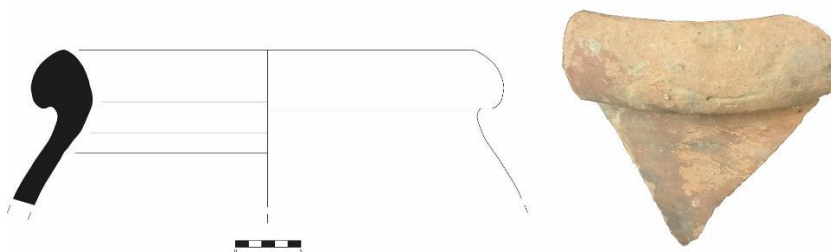


Figura 14. B.S.M. LX. 2019. 0368. Exemplo mais representativo da forma de talha.

Por último, optámos por incluir aqui o alcatruz. Na nossa colecção esta forma é representada somente por um elemento, que mantém toda a sua integridade formal à excepção do bordo. Esta, uma forma cerâmica destinada mais ao transporte de líquidos do que necessariamente ao seu armazenamento (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.589, fig. 584), é caracterizada pelo seu perfil cilíndrico, alongado, com linhas regulares



na região do bojo e um colo estrangulado.

Figura 15. B.S.M. LX. 2019. 0372. Forma de alcatruz recuperado na escavação.

O exemplar mais aproximado foi detectado na Praça da Figueira, datado de finais do século XV (TEIXEIRA; PAREDES; SILVA, 2015, p.97).

Quanto às formas utilizadas na preparação de alimentos na cozinha, com 245 NMI, encontram-se os tachos, panelas, testos, alguidares, tampas e frigideiras.

Os alguidares, de que foram encontrados 10 indivíduos, diferenciam-se entre si em 2 variantes. Definimos como alguidares, as formas abertas, de perfil troncocónico utilizados na preparação de alimentos ou na higiene individual.

A variante “A” de alguidar, a mais comum neste acervo com nove elementos, exhibe um bordo exvertido, com lábio em voluta de secção semi-circular e as paredes tomam a característica morfologia troncocónica de paredes grossas. Destes nove indivíduos, três encontram-se brunidos no seu interior e os restantes não apresentam qualquer tipo de decoração ou tratamento de superfície. As dimensões de diâmetro dos bordos oscilam entre 40 cm e 54 cm. Estes fragmentos são bastante fragmentários, dado atestado pela altura máxima registada no elemento mais bem conservado, que atinge

apenas os 8,3 cm. No que toca a paralelos, a variante “A” apresenta paralelos com os alguidares encontrados na escavação do Palácio do Governador no Castelo de São Jorge em contexto do século XV-XVI (GASPAR et alii, 2009) e nos contextos de produção nas Portas de Santo Antão, com a mesma cronologia, encontram-se exemplares semelhantes (CARDOSO; BATALHA; REBELO; ROCHA; NETO; BRITO, 2017, p. 1720). Também se apresenta um elemento semelhante nos contextos do século XIV-XVI do Castelo de Sesimbra (VIEIRA, 2011, p.667). Em Almada (SABROSA, 1994, p.40), Cascais (CARDOSO; RODRIGUES, 1999, p.200) e Palmela (CARVALHO; FERNANDES, 1998, p.220) regista-se também esta mesma forma em contextos dos séculos XV-XVI.



Figura 16. B.S.M. LX. 2019. 0162. Exemplo mais representativo da variante A de alguidar.

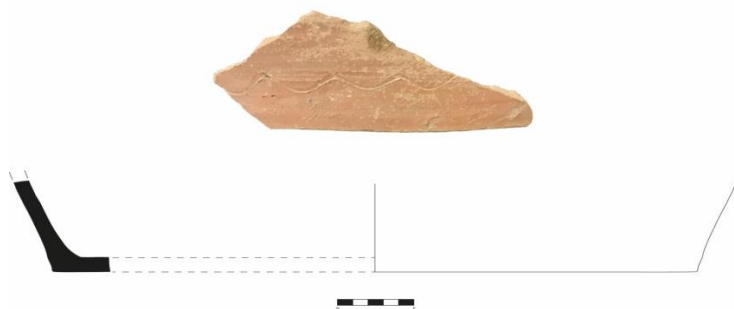


Figura 17. B.S.M. LX. 2019. 018.

A variante “B” desta forma é representada por apenas um elemento. Este é caracterizado por um bordo exvertido, com um lábio demarcado e de secção semicircular; apresenta caneluras na parte exterior, abaixo do bordo, encontrando-se o interior do bordo decorado com incisões rectilíneas que servem de moldura para a decoração incisa ondulada que se encontra no centro destas. No que diz respeito às dimensões, esta peça tem 50 cm de diâmetro de bordo e a altura máxima registada do fragmento é de 7 cm. A variante “B” parece-nos ter paralelos na Rua dos Correios, nº 69-71/Sondagem 25, contexto datado do primeiro terço do século XVI (DIOGO; TRINDADE, 2000, p.204). Na Intervenção Arqueológica na Travessa da Madalena nº18

(TRINDADE; DIOGO, 1997, p.78) identificou-se outro alguidar de forma semelhante em contextos do século XVIII.



Figura 18. B.S.M. LX. 2019. 0469. Exemplo mais representativo da variante B de alguidar.

Outra das formas de cozinha que se encontra presente neste contexto são as frigideiras, onde se, identificou somente uma variante. Definimos como frigideiras, recipientes de média dimensão, de forma aberta, paredes curtas e pega tubular. Esta é representada por 10 elementos no total. É caracterizada por uma pega tubular, bastante robusta, bordo ligeiramente exvertido, espessado com lábio de secção semicircular. As paredes são baixas e brunidas no interior. A nível de diâmetro do bordo, estas formas são bastante uniformes, oscilando entre os 18 e os 22 cm. A altura máxima registada, ronda os 3,8 e 6,2 cm. No que diz respeito a paralelos, esta forma tem semelhanças com as do Palácio do Governador (GASPAR et alii, 2009) datadas entre o século XV-XVI, assim como na Rua dos Correiros, em níveis de entulho do terramoto de 1531 (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.232), contudo, é de notar que este último apresenta bordo demarcado exteriormente, característica omissa no nosso exemplar.

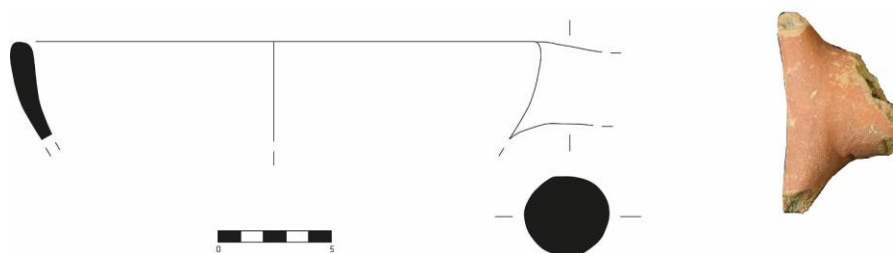


Figura 19. B.S.M. LX. 2019. 494. Exemplo mais representativo da variante A de frigideira.

Uma das formas mais bem representadas neste estudo são as panelas, com 136 NMI. Registaram-se 3 variantes, sendo que uma delas apresenta um número de indivíduos superior a 100. Definimos como panelas, os recipientes de média a grande dimensão, de forma fechada utilizada na confecção de alimentos ao lume. Trata-se da

variante “A” com 120 indivíduos, sendo dividida em duas subvariantes, a “A.1” e a “A.2”.

A variante “A.1” refere-se a panelas de bordo recto, demarcado na superfície externa e aplanado superiormente, com lábio de perfil sub-quadrangular e bojo globular. As asas desenvolvem-se da zona dos ombros até à zona mesial do corpo. Esta forma é representada por 82 indivíduos. Os diâmetros de bordo variam entre os 11 cm e 14 cm, sendo que a altura máxima registada é entre os 3 cm e 16 cm. Esta variante apresenta paralelos com outros contextos publicados em Lisboa, da Rua de São Nicolau 107-111 (DIOGO; TRINDADE, 2000b), do século XV-XVI; em entulhos do terramoto de 1531, da Rua dos Correeiros (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.231); na Rua dos Lagares onde se encontraram exemplares similares para contextos entre os séculos XV-XVIII (PONCE; OLIVEIRA; NUNES; PINTO; LOURENÇO, 2017, p. 1706) e em contextos de produção datados do século XV foram identificadas formas análogas nas Escadinhas da Barroca (HENRIQUE, FILIPE, CASIMIRO, KRUS, 2019, p.115). Em Palmela, na Rua do Castelo nº4 (CARVALHO; FERNANDES, 1995, p.92), de contextos dos séculos XIV e XV também foram identificadas formas idênticas; tal como em contextos de Cascais datados entre os séculos XI e XVI (CARDOSO; RODRIGUES, 1991, p.583); em contextos dos séculos XIV-XVI do Castelo de Sesimbra (VIEIRA, 2011, p.669) e, por último, também surgem formas semelhantes em silos datados entre os séculos XIV-XV em Santarém (BOAVIDA; CASIMIRO; SILVA, 2013, p. 943). A variante “A.2”, apresenta as mesmas características, à excepção do bordo, que aqui é descaído, estando representado por 38 indivíduos.

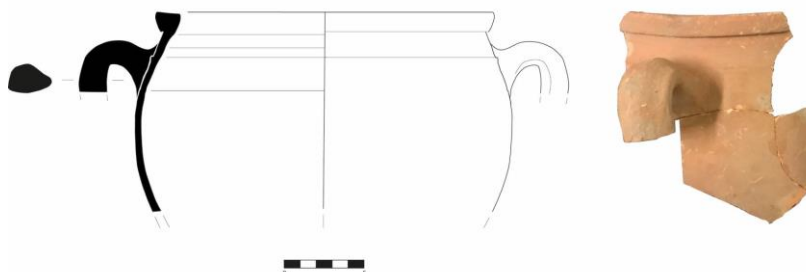


Figura 20. B.S.M. LX. 2019. 0111. Exemplo mais representativo da variante A.1 de panela.

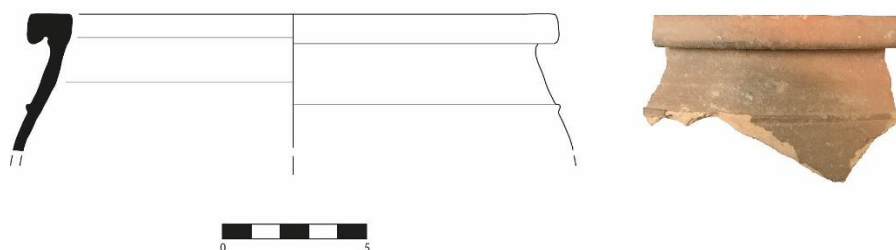


Figura 21. B.S.M. LX. 2019. 0125. Exemplo mais representativo da variante A.2 de panela.

Os restantes 16 indivíduos de panela, dividem-se nas variantes “B.1”, “B.2” e “C”. A variante “B.1” apresenta 9 indivíduos, sendo caracterizada por deter um bordo invertido aplanado superiormente com lábio semi-circular, perfil recto abaixo do bordo que perdura até aos ombros da peça, altura em que toma uma forma bojuda; as asas arrancam do bordo até meio do corpo da peça. Pode apresentar caneluras na parte exterior do bordo. Em relação às dimensões, os diâmetros do bordo variam entre 11 cm e 16 cm, sendo que a altura máxima registada para as peças oscila entre 3,9 cm e 7,9 cm. Esta apresenta paralelos com formas exumadas na escavação do Palácio do Governador estando datadas também de contextos do XV-XVI (GASPAR et alii, 2009).

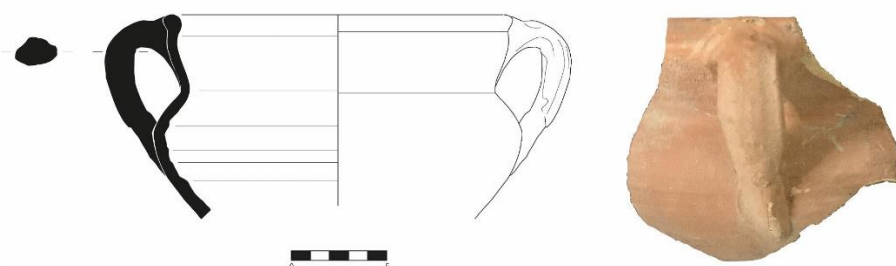


Figura 22. B.S.M. LX. 2019. 0168. Exemplo mais representativo da variante B.1 de panela.

Dentro desta variante “B.2”, é de destacar a presença destes dois elementos, as peças B.S.M. LX. 2019. 0346 e B.S.M. LX. 2019. 0347, que, por deterem características tão distintas das demais, foram individualizadas num grupo particular. Estas apresentam uma forma relativamente semelhante à variante “B.1”, detendo um perfil bastante “recto” com um bordo exvertido aplanado superiormente e de lábio semicircular, verificando-se decoração abaixo do bordo – com caneluras ou incisões onduladas abaixo do bordo e tomariam no bojo uma forma mais bojuda, característica das panelas. O diâmetro dos bordos varia entre 8 e 10 cm, tratando-se de panelas de

pequenas dimensões e a altura máxima registada é de 2,5 cm a 6,7 cm. O fragmento número 0346 apresenta ainda uma fractura resultante da separação de um elemento de asa, imediatamente abaixo do bordo. Não foram encontrados paralelos para esta forma.

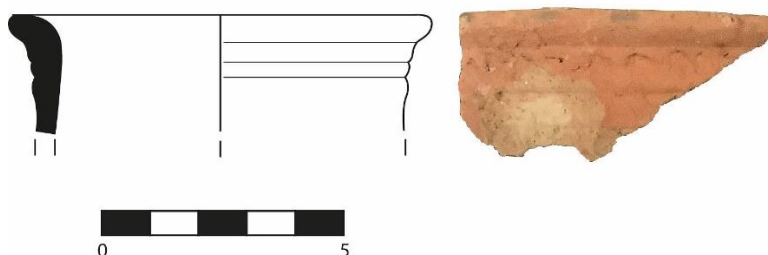


Figura 23. B.S.M. LX. 2019. 0346. Exemplo mais representativo da variante B.2 de panela.

Por último, a variante “C” é representada somente por 5 indivíduos. Esta difere da variante “B”, visto o bordo apresentar um lábio de perfil sub-rectangular, mantendo o arranque da asa a partir do mesmo. São as maiores panelas documentadas, oscilando entre 16 cm e 26 cm de diâmetro. A nível da altura máxima, registou-se um intervalo entre os 2,9 e os 4,2 cm. No que toca a paralelos, aponta-se a escavação da Rua do Benfornoso 168-186, numa localização bastante próxima do Beco de São Marçal, datada do século XV-XVI (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.126), assim como na Rua dos Correeiros em Lisboa, em entulhos do terramoto de 1531 (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.231), e em contextos de produção do século XV nas Escadinhas da Barroca (HENRIQUE, FILIPE, CASIMIRO, KRUS, 2019, p.115).



Figura 24. B.S.M. LX. 2019. 073. Exemplo mais representativo da variante C de panela.

Ainda nas formas referentes às tarefas desempenhadas na cozinha, verificámos a existência de tachos, com 46 indivíduos, sendo estes divididos em 7 variantes. Definimos como tacho, todos os recipientes de média dimensão, forma aberta e paredes baixas, ocasionalmente com ressalto para acomodar um testo, utilizado na confecção de alimentos ao lume.

A variante “A” compreende 26 elementos, caracterizado-se por um bordo bipartido, com lábio de perfil semi-rectangular e pequena lingueta para encaixe de testo.

As paredes são baixas e com um traçado ligeiramente inflectido, assentando em base convexa. O diâmetro varia entre 19 cm e 23 cm, sendo que a altura máxima registada para os fragmentos é bastante reduzida, entre os 1,8 cm e 5,8 cm. Para esta forma encontramos paralelos no contexto da Rua dos Correeiros nos entulhos do terramoto de 1531 (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.228); no contexto da Calçada de São Lourenço nº17/19 em Lisboa, datada do século XV-XVII (TRINDADE; DIOGO, 2003a, p.8); nas cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador que apresentam também um paralelo para esta forma (GASPAR et alii, 2009) e nos conteúdos dos silos datados dos séculos XIV-XV em Santarém onde aparecem exemplares semelhantes (BOAVIDA; CASIMIRO; SILVA, 2013, p. 943.).



Figura 25. B.S.M. LX. 2019. 0373. Exemplo mais representativo da variante A de tacho.

É importante referir também um exemplar excepcional dentro da variante “A”, com um bordo digitado, tomando, assim, a forma de um “laço” e, que apresenta uma pequena lingueta para o suporte do testo. A nível de dimensões o diâmetro é de 13,4 cm e a altura de 1,8 cm.



Figura 26. B.S.M. LX. 2019. 0492. Exemplo mais representativo de elemento decorativo presente na variante A de tacho.

A variante “B” diz respeito a 13 fragmentos de bordo, cujas características são o bordo recto invertido com lábio de perfil semi-circular, o corpo carenado muito canelado e com as paredes do bojo muito inflectidas convergindo num fundo convexo. A nível de dimensões, estes apresentam diâmetros entre os 18 cm e os 25 cm e a altura

máxima registada está entre os 5,9 cm e os 1,5 cm. Para esta variante, identificam-se paralelos com os fragmentos da Rua de São Nicolau, 107-111 em Lisboa, sendo o contexto datado dos séculos XV-XVI (DIOGO; TRINDADE, 2000b). Encontra-se também entre as cerâmicas do século XV-XVI na Casa do Governador um paralelo para esta forma (GASPAR et alii, 2009), assim como, na Rua dos Correeiros em entulhos de 1531 (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.230) e nas Escadinhas da Barroca em Lisboa, em contextos de produção datados do século XV (HENRIQUE, FILIPE, CASIMIRO, KRUS, 2019, p.115).

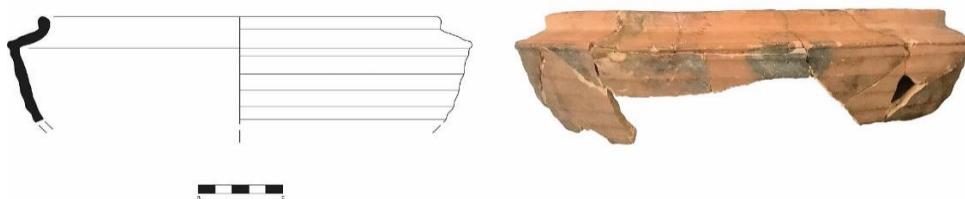


Figura 27. B.S.M. LX. 2019. 064. Exemplo mais representativo da variante B de tacho.

A variante “C” aqui representada por apenas um elemento, distingue-se das restantes por deter um bordo recto com lábio de perfil semicircular, paredes curtas, decoradas com caneluras e incisões onduladas, também bastante rectas, que depois assentam num fundo convexo. Um dos seus elementos distintivos é a pega horizontal, em semicírculo, que apresenta ao nível do bordo. Relativamente às dimensões, apresenta 22 cm de diâmetro e 6 cm de altura.

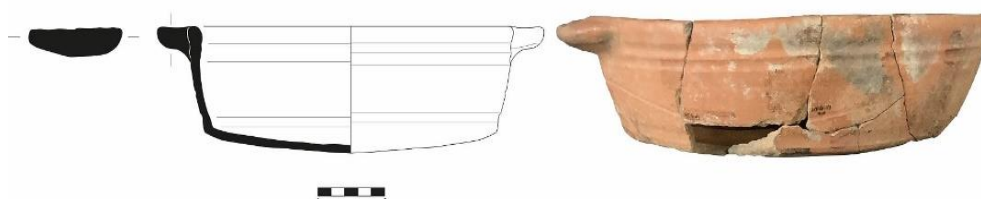


Figura 28. B.S.M. LX. 2019. 0375. Exemplo mais representativo da variante C de tacho.

A variante “D” compreende 3 elementos, sendo estes caracterizados por um bordo recto, aplanado superiormente com lábio de perfil semicircular. Abaixo deste existe uma pequena carena entre o bordo e o bojo, desenvolvendo-se depois o bojo com uma ligeira inflecção em direcção ao fundo. Ambas as peças encontram-se digitadas no bordo. A nível de dimensões, estas apresentam um diâmetro entre os 23 cm e os 25 cm, sendo que a altura máxima registada situa-se entre os 4,1 cm e os 5,3 cm. Para esta forma registam-se paralelos na Calçada de São Lourenço em Lisboa, datado dos séculos

XV-XVII (TRINDADE; DIOGO, 2003a, p.213); entre as cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador (GASPAR et alii, 2009); na Rua dos Correeiros em contextos do século XVI (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.229) e em Palmela, situando-se em contextos datados entre os séculos XIV-XV, existe também um elemento cerâmico idêntico a este (FERNANDES; CARVALHO, 1998, p.238).

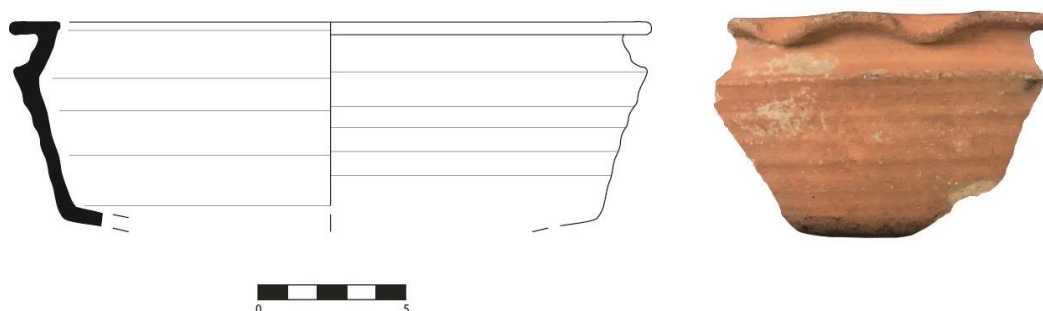


Figura 29. B.S.M. LX. 2019. 0165. Exemplo mais representativo da variante D de tacho.

A variante “E” encontra-se somente representada por um fragmento, apresentando uma pega horizontal, sendo que esta é bastante estilizada, recortada em forma triangular. A nível de dimensões apresenta 20 cm de diâmetro e 3 cm de altura. Os paralelos para esta forma são escassos, apenas existindo o apresentado em contextos de Palmela entre os séculos XIV e o XV (FERNANDES; CARVALHO, 1998, p.238).

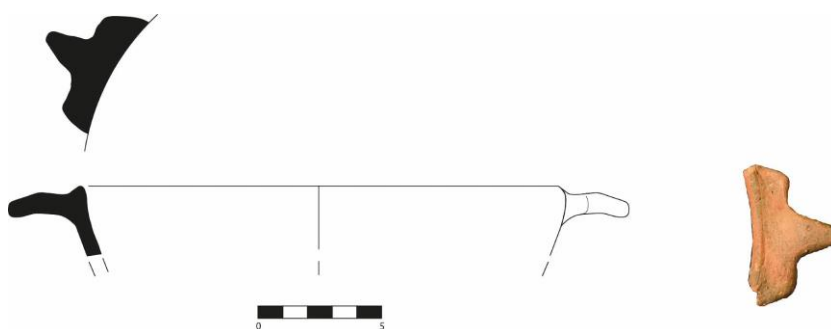


Figura 30. B.S.M. LX. 2019. 070. Exemplo mais representativo da variante E de tacho.

A última variante de tacho por nós individualizada, trata-se da variante “F” com 2 elementos. Esta apresenta um bordo ligeiramente invertido, com lábio de perfil semi-circular, demarcado exteriormente. As paredes são curtas, inflectidas e bastante

caneladas, culminando num fundo convexo. Distingue-se das demais, por não apresentar nem carena nem qualquer tipo de lingueta que servisse para acomodar o testo. O diâmetro destas peças encontra-se entre os 20 e os 22 cm, sendo que a altura máxima registada é de 4,2 a 5,7 cm. Os paralelos para esta forma encontram-se também no contexto da Rua de São Nicolau, 107-111 (DIOGO; TRINDADE, 2000b), datado dos séculos XV-XVI.

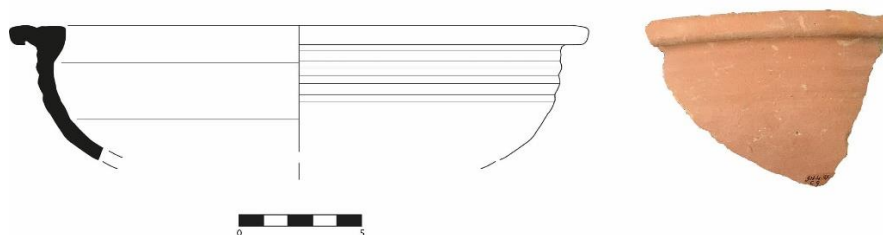


Figura 31. B.S.M. LX. 2019. 0227. Exemplo mais representativo da variante F de tacho.

Um outro elemento característico das formas de cozinha, assim como das de armazenamento, são os testos. No âmbito dos trabalhos desenvolvidos identificámos três tipos de testo que, ao todo, representam 44 NMI. Definimos como testo recipientes de pequena a média dimensão, de forma aberta, de perfil troncocónico com pega no centro utilizado para cobrir outros recipientes.

A variante “A” de testo, com 39 elementos, é caracterizada por um bordo com lábio de perfil semi-circular, espessado e com barbela. As paredes exvertidas assentam em base plana. O diâmetro dos bordos variam entre os 12 cm e os 25 cm sendo que a altura máxima registada encontra-se entre os 4,5 cm e os 7,6 cm. A nível de paralelos, estes detêm um formato semelhante aos recuperados na Rua de São Nicolau, 107-111 em Lisboa (DIOGO; TRINDADE, 2000b) em contextos dos séculos XV-XVI; no contexto da Casa nº4 da Rua do Castelo (Palmela) (FERNANDES; CARVALHO, 1995, p.93); na Rua dos Correeiros em Lisboa, onde foram encontradas formas idênticas (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.227) e em Santarém em contextos dos séculos XIV-XV (BOAVIDA; CASIMIRO; SILVA, 2013, p. 943). Contudo, segundo Alexandra Gaspar e Ana Gomes, numa publicação mais recente (GASPAR; GOMES, 2013, p.722), os testos de pega em botão, em particular os que apresentam barbela, existem já a partir do século XIII e XIV. Esta opinião é também partilhada por Guilherme Cardoso e Severino

Rodrigues que referem a substituição deste tipo de produção por formas sem barbela a partir de meados do século XV (CARDOSO; RODRIGUES, 1991, p.577).



Figura 32. B.S.M. LX. 2019. 0319. Exemplo mais representativo da variante A de testo.

A outra variante, a “B”, é representada por 5 elementos e detém as mesmas características da anterior, à exceção da barbela que desaparece. Esta variante é representada por 6 indivíduos, cujas dimensões variam entre os 10 cm e 16 cm de diâmetro e os 1,5 cm e 4,8 cm de altura máxima registada. Relativamente aos paralelos formais, estes encontram-se nos contextos da Rua dos Correeiros, 70C-92/Sondagem 14 (TRINDADE; DIOGO, 2003b), em contextos do século XVII/XVIII, apesar de serem bastante difundidos a partir de meados do século XV como já vimos anteriormente. Também foram identificados exemplares similares no Poço Novo (II) em Cascais, contexto datado do século XV (CARDOSO; RODRIGUES, 2000, p.107); assim como na intervenção levada a cabo na Calçada de São Lourenço nº17/19 de contexto datado dos séculos XV-XVI (TRINDADE; DIOGO, 2003a, p.212) e no Quarteirão dos Lagares, na mouraria, em contextos dos séculos XVI-XVII (NUNES; FILIPE, 2012, p.146).

Podemos concluir que, coincidindo o diâmetro dos testos com o diâmetro de bordo de alguns exemplares das formas de panela, pote e tacho, os indivíduos por nós estudados seriam utilizados em conjunto com estas formas.



Figura 33. B.S.M. LX. 2019. 0310. Exemplo mais representativo da variante B de testó.

Por fim, é necessário enumerar o exemplar referente à forma de tampa. Esta forma conta apenas com um indivíduo caracterizado pela sua forma troncocónica e grandes dimensões, assim como as paredes altamente decoradas com motivos ondulares e rectilíneos elaborados através de incisões. A nível de dimensões, foi impossível determinar o diâmetro do bordo, visto que este não se encontra preservado. Trata-se de uma peça de consideráveis dimensões com 10 cm a nível de altura máxima registada e 1,6 cm de espessura das paredes, podendo servir como tampa para uma talha ou pote de maiores dimensões. Os paralelos dizem respeito a elementos exumados durante a escavação da Rua do Benfornoso 168-186 (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.128) e da Calçada de São Lourenço (TRINDADE; DIOGO, 2003a. p.213), ambas de contextos datados entre os séculos XV-XVI.

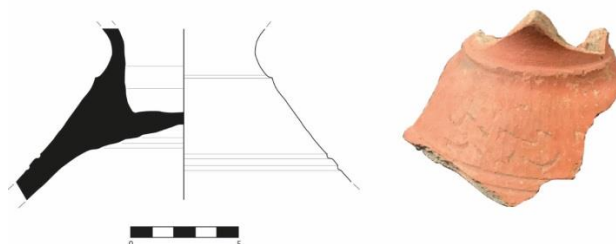


Figura 34. B.S.M. LX. 2019. 0371. Exemplo mais representativo da forma de tampa.

No que diz respeito à cerâmica de mesa, incluíram-se as formas que dizem respeito a pratos, infusas, tigelas e púcaros.

Existem 74 NMI referentes à forma de infusa, que se dividem em três variantes: “A”, “B” e “C”. As duas primeiras subdividem-se em “A.1”/ “A.2” e “B.1”/ “B2”, e estas divisões são reflectivas de pequenos detalhes das peças, apesar de manterem a forma base.

A variante “A” conta com 22 dos NMI deste grupo de 74. Dentro desta, são gerais as seguintes características: recipiente de média dimensão utilizado para servir líquidos, de forma fechada, bordo ligeiramente invertido, com lábio de secção semi-circular, com ou sem bico vertedor, encontrando-se a boca sempre emoldurada na zona inferior. Aqui as distinções residem no facto de a variante “A.1” não apresentar espessamento do bordo, dando aso a uma peça muito mais delicada e fina, enquanto a variante “A.2” é espessada no bordo e tem as paredes mais grossas.

Assim, a variante “A.1” conta com 16 fragmentos, cujas dimensões são as seguintes: o diâmetro do bordo varia entre os 8,6 cm e os 12,4 cm; a altura máxima registada encontra-se entre os 3,4 cm e os 4,1 cm e a grossura dos bordos varia muito pouco, entre os 0,6 mm e os 0,8 mm. No que diz respeito a paralelos para a forma “A.1”, elementos semelhantes foram recuperados na escavação da Casa do Governador, em contextos datados dos séculos XV-XVI (GASPAR et alii, 2009); também na intervenção da Rua dos Correiros numa cronologia idêntica, foram encontradas formas análogas (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.230) e outro exemplar similar foi exumado na escavação da Rua João do Outeiro, nº 36/44 na mouraria, datado entre os séculos XV e XVI (DIOGO; TRINDADE, 1998, p.265).

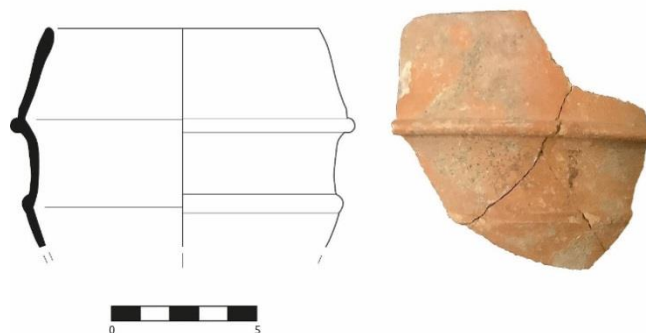


Figura 35. B.S.M. LX. 2019. 0510. Exemplo mais representativo da variante A.1 de infusa.

A variante “A.2” conta com 6 NMI e dentro destes, os diâmetros de bordo oscilam entre os 9 cm e os 10 cm. A altura máxima registada está entre os 4,2 cm e os 6,7 cm, sendo que a grossura dos bordos aumenta significativamente para 1,1 cm em alguns casos, quase a duplicar a medida registada na variante “A.1”. Existe, no entanto, um exemplar peculiar na peça (B.S.M. LX. 2019. 0348) que apresenta decoração ondulada digitada na zona do ressalto, encontrando-se de resto de acordo com a descrição anterior, para a qual encontrámos uma forma semelhante em Santarém datada dos séculos XIV-XV (BOAVIDA; CASIMIRO; SILVA, 2013, p. 943). Para a forma “A.2”, a nível de paralelos formais, apresenta-se o contexto da Rua dos Correeiros dos entulhos de 1531 (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.230), tal como as formas que foram documentadas nas Escadinhas da Barroca em contextos produtivos do século XV (HENRIQUE, FILIPE, CASIMIRO, KRUS, 2019, p.117).



Figura 36. B.S.M. LX. 2019. 0215. Exemplo mais representativo da variante A.2 de infusa.

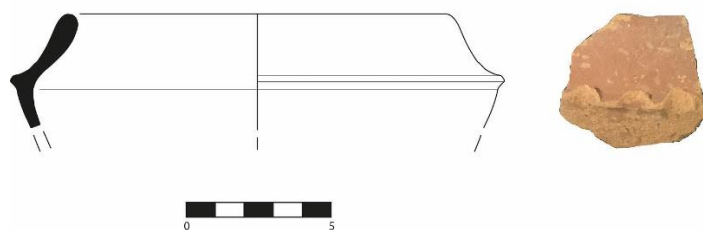


Figura 37. B.S.M. LX. 2019. 0348. Exemplo mais representativo de promenor decorativo da variante A.

A variante “B” conta com o maior número de infusas com 50 elementos. Esta forma é, na sua generalidade, caracterizada por um bordo com um perfil bastante recto, pouco invertido, com lábio de perfil semicircular, apresentando uma canelura abaixo do bordo da peça. O seu corpo tende a ser decorado com pequenas caneluras à volta do colo da peça.

A grande diferença entre as variantes “B.1” e “B.2” está no facto de a segunda apresentar, a baixo do bordo, um pequeno rebordo concêntrico, sendo esta característica identificada em pelo menos 8 NMI.

Os 42 elementos que dizem respeito à variante “B.1” contam com as seguintes dimensões: o diâmetro do bordo encontra-se compreendido entre os 8 cm e os 10 cm, sendo a altura máxima registada entre os 4 e os 10 cm.

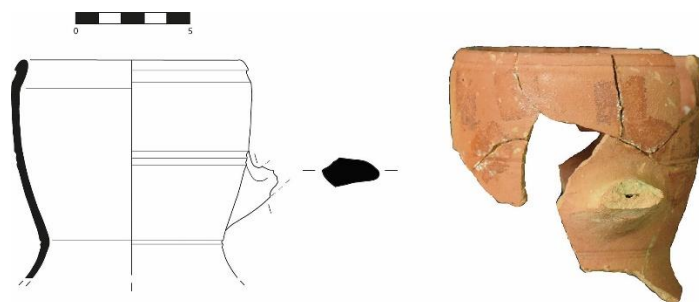


Figura 38. B.S.M. LX. 2019. 0461. Exemplo mais representativo da variante B.1 de infusa.

Os 8 elementos respectivos à variante “B.2” contam com um diâmetro entre os 9 cm e os 10 cm, sendo que a altura máxima registada está entre os 6,2 cm e os 5,8 cm.

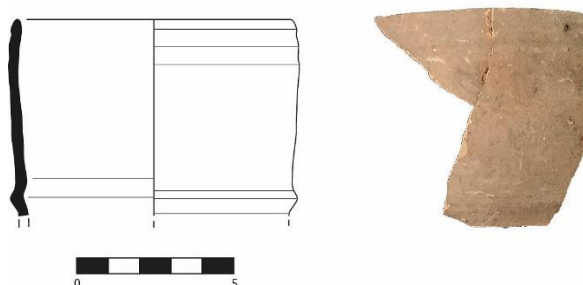


Figura 39. B.S.M. LX. 2019. 0213. Exemplo mais representativo da variante B.2 de infusa.

Para estas peças atribuímos como paralelo as formas exumadas e identificadas como bilha na escavação da Rua do Benfornoso 168-186 (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.132), encontrando-se este contexto datado do século XV-XVI; também na área de Cascais foram encontrados exemplares semelhantes a esta forma (CARDOSO; SEVERINO, 1991, p.582) em contextos de lixeira, entre os séculos XIV-XVI. Outros paralelos são as peças recuperadas que coincidem com as formas por nós estudadas (GASPAR et alii, 2009) na intervenção realizada na Casa do Governador; tal como os fragmentos identificados na intervenção da Rua dos Correeiros – sondagens 3, 11, 26 e 27 (DIOGO; TRINDADE, 2001) e, por último, deparamo-nos com esta forma

(HENRIQUE, FILIPE, CASIMIRO, KRUS, 2019, p.115) nas Escadinhas da Barroca em contextos do século XV.

A variante “C” refere-se a uma infusa de bordo trabalhado de modo a formar um bico vertedor. O lábio da peça é semi-circular, sendo que a asa arrancaria de uma zona pouco abaixo do bordo desenvolvendo-se até ao meio do corpo. Esta variante é representada por 2 elementos. As suas dimensões variam entre os 4 cm e os 5 cm de diâmetro, sendo os fragmentos recuperados de uma altura máxima entre os 3,6 cm e os 4,5 cm. Enquanto paralelos formais, os elementos recuperados no contexto da Casa do Governador datado do XV-XVI (GASPAR et alii, 2009) aparentam coincidir perfeitamente com os 2 elementos de bordo por nós aqui estudados. Também na Rua dos Lagares, em contextos entre os séculos XV-XVIII, documentou-se um exemplar idêntico (PONCE; OLIVEIRA; NUNES; PINTO; LOURENÇO, 2017, p. 1705).

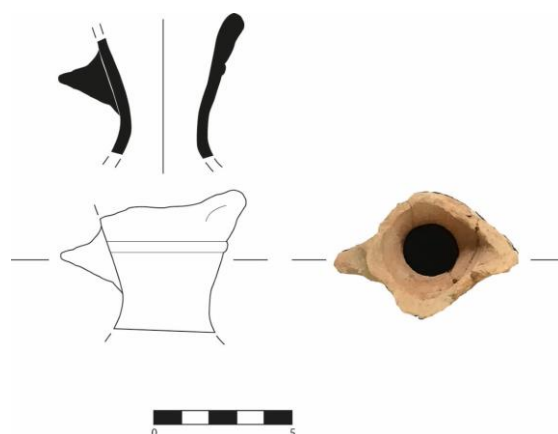


Figura 40. B.S.M. LX. 2019. 0520. Exemplo mais representativo da variante C de infusa.

Quanto às tigelas documentámos 86 elementos, dos quais 44 apresentam pé anelar e os restantes 42 apresentam um fundo plano, sendo que estes foram depois divididos em cinco variantes de acordo com as suas particularidades. São formas de pequena a média dimensão, de forma aberta, com bordo exvertido com lábio de perfil semicircular e paredes troncocónicas, sendo apesar de tudo a variante “A” ligeiramente mais “hemisférica”. Assentam ocasionalmente num fundo convexo, à excepção da forma “C”, cujo caso particular abordaremos também mais à frente. São utilizados para servir à mesa alimentos e podem ser também utilizadas na confecção dos mesmos.

A variante “A” de tigela representa 21 NMI, ou seja metade de todas as tigelas que identificámos nesta colecção. Difere-se das restantes por ser muito canelada

directamente abaixo do bordo, mantendo todo o traçado geral acima descrito. A nível de dimensões, conta com formas entre os 14,4 cm e os 19 cm de diâmetro, sendo que a altura máxima registada para estas peças foi de 2,3 cm a 5,5 cm. Os paralelos para esta variante provêm, como tantos antes, do contexto do Palácio do Governador (GASPAR et alii, 2009), datado do século XV-XVI; do contexto da Rua do Benfornoso (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.127) e do conjunto cerâmico recolhido na intervenção de Poço Novo (II), em Cascais, contexto datado do século XV (CARDOSO; RODRIGUES, 2000, p.108).

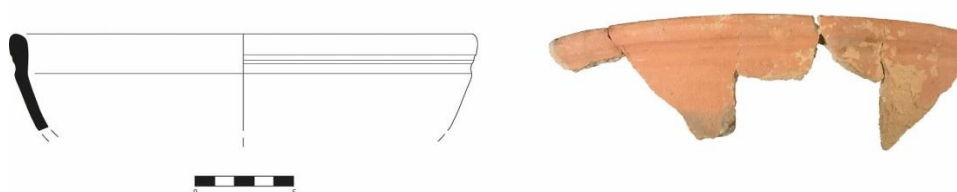


Figura 41. B.S.M. LX. 2019. 0292. Exemplo mais representativo da variante A de tigela.

A variante “B” respeita todo o traçado geral das tigelas a nível morfológico, sendo que a sua diferença reside no facto de o perfil se apresentar ligeiramente mais troncocónico que a anterior. Esta variante conta com 20 elementos, um grupo também bastante bem representado e as suas dimensões são as seguintes: diâmetro do bordo oscila entre os 14 cm e os 22 cm e a altura máxima registada para estas peças é de 2,4 a 5,6 cm – ilustrativo da dimensão dos fragmentos que aqui estamos a tratar. Para paralelos, é de referir o contexto da Casa do Governador datado dos séculos XV-XVI (Gaspar et alii, 2009.); o caso da Rua dos Lagares em contextos dos séculos XV-XVIII onde se documentam formas idênticas (PONCE; OLIVEIRA; NUNES; PINTO; LOURENÇO, 2017, p. 1705), também na intervenção de Cascais, em contextos entre o XI e o XVI foram encontradas formas semelhantes, descritas como “malga” (CARDOSO; RODRIGUES, 1991, p.585) e, finalmente, em Palmela, é possível verificar exemplos semelhantes a esta mesma forma (FERNANDES; CARVALHO, 1998, p.246).

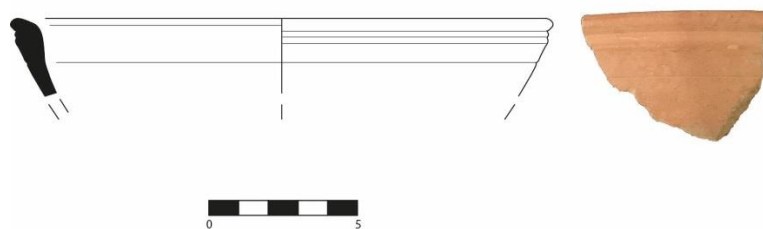


Figura 42. B.S.M. LX. 2019. 079. Exemplo mais representativo da variante B de tigela.

A única forma representativa da variante “C” foge às regras previamente mencionadas. De paredes bastante rectas, de formato quase hemisférico com bordo ligeiramente exvertido e lábio de perfil semi-circular, esta variante apresenta-se canelada abaixo do bordo e no bojo, terminando a decoração ao chegar-se ao fundo, neste caso também convexo. O diâmetro do seu bordo é de 16 cm e tem uma altura máxima registada de 6 cm. Encontrámos poucos paralelos para esta forma, sendo que o mais próximo recuperado foi o do contexto da Rua dos Correeiros, de entulhos do terramoto de 1531 (DIOGO; TRINDADE, 2000a, p.229), no entanto, aparecendo identificada como uma frigideira. Numa intervenção em Santarém com contextos dos séculos XIV a XV documenta-se também um exemplar semelhante (BOAVIDA; CASIMIRO; SILVA, 2013, p. 943). Contudo, se as formas genéricas de tigelas de contextos provenientes dos finais do século XVI adiante evidenciam o fundo das tigelas em pé anelar ou destacado, coloca-se em evidência o abandono dos fundos convexos/planos para as formas de tigela em favor das formas com pé anelar (BUGALHÃO; COELHO, 2012, p.133). Se tal se verificar, esta variante poderia perfeitamente ser datada pelo menos do século XV.



Figura 43. B.S.M. LX. 2019. 0426. Exemplo mais representativo da variante C de tigela.

Para as formas referentes às tigelas carenadas, as distinções entre esta forma e as formas anteriormente analisadas encontra-se no facto de existir uma carena a meio do bojo da peça e de esta assentar em pé anelar. Assim sendo, seguimo-nos pela definição e

pela ilustração presente na Proposta Tipológica (BUGALHÃO;COELHO, 2012, p.119) visto estas se parecerem mais aos 44 indivíduos que estudámos.

Desta maneira, dentro destas formas, fomos capazes de distinguir essencialmente 2 variantes. O perfil é bastante semelhante, mas o bordo ligeiramente invertido, com lábio de secção semicircular, corpo carenado e muito canelado, que assenta em pé em anel, não apresentando qualquer tipo de pegas. O interior é brunido e apresenta em alguns exemplares, decoração incisa rectilínea ou ondulada. A variante “E” distingue-se da “D” por deter, na zona da carena, um ressalto bastante mais acentuado exteriormente.

Dos 44 fragmentos incluídos nesta morfologia, 41 dizem respeito à variante “D”, a morfologia desta descrita acima, é caracterizada por um bordo bastante canelado.

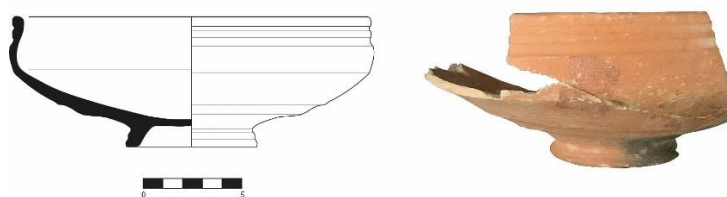


Figura 44. B.S.M. LX. 2019. 0503. Exemplo mais representativo da variante D de tigela.

Existem, no entanto, casos em que estas peças apresentam para além das caneluras, decoração ondulada (B.S.M. LX. 2019. 0298). A nível de dimensões têm entre 15 cm a 19 cm de diâmetro de bordo, encontrando-se a sua altura máxima registada entre os 3,3 cm e os 7,4 cm. No que toca a paralelos estes foram encontrados em Palmela, no contexto baixo-medieval da Casa nº4 da Rua do Castelo (FERNANDES; CARVALHO, 1995, p.95); no Barreiro, no contexto do estudo das produções dos fornos de Santo António da Charneca dos séculos XV e XVI (BARROS; BATALHA; CARDOSO; GONZALES, 2012, p.703); em Lisboa, na Rua dos Correeiros em entulhos de 1531, onde existem formas de tigelas carenadas de pé anelar, que se assemelham às por nós estudadas (DIOGO; TRINDADE, 2000, p.232); no Quarteirão dos Lagares, em contextos dos séculos XVI e XVII (NUNES; FILIPE, 2012, p.144); nas Escadinhas da Barroca, também em Lisboa, onde nos deparamos com formas idênticas (HENRIQUE,

FILIFE, CASIMIRO, KRUS, 2019, p.117) e, por último, em Santarém, com exemplares idênticos datados dos séculos XIV-XV (BOAVIDA; CASIMIRO; SILVA, 2013, p.943).

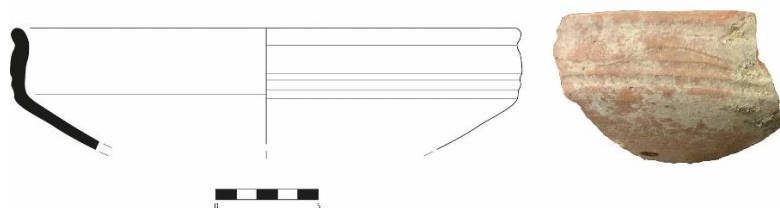


Figura 45. B.S.M. LX. 2019. 0298. Exemplo mais representativo de elementos decorativos presentes na variante D de tigela.

Os outros 3 elementos restantes dizem respeito à variante “E” que apresenta todas as características gerais desta morfologia, contando com uma carena muito acentuada. A nível de diâmetros estes encontram-se entre os 17 cm e os 20 cm, estando a altura máxima registada entre os 3,2 cm e os 6,5 cm. Estes apresentam paralelos com as formas recuperadas no contexto da Rua do Benfornoso 168-186, um contexto do século XV-XVI (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.127) e, também em Alcoutim nos deparamos com estas formas, datadas do período de transição entre a baixa-medievalidade e a idade moderna (CATARINO, 2000, p.168).

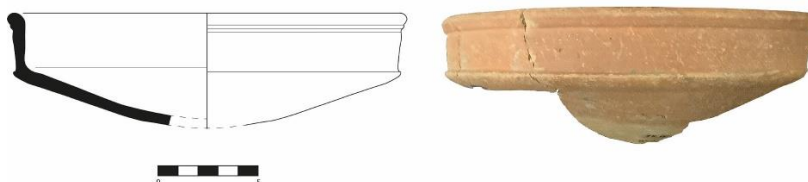


Figura 46. B.S.M. LX. 2019. 0191. Exemplo mais representativo da variante E de tigela.

Ainda nas formas de levar à mesa, as formas de prato por nós definidas provêm da análise de 16 NMI. Definimos como pratos os recipientes de pequena a média dimensão, de forma aberta, utilizados para servir alimentos. Dentro destes, 15 pratos dizem respeito à variante “A”, sendo praticamente idênticos a nível formal. Apresentam bordo em aba descaída, exvertida, decorada abundantemente com estrias e tipicamente brunido no interior, paredes de perfil troncocónico que assentam num pé em anel.

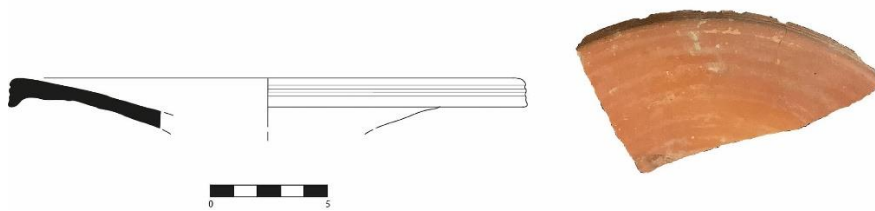


Figura 47. B.S.M. LX. 2019. 0302. Exemplo mais representativo da variante A de prato.

Um destes elementos destaca-se dos demais por apresentar o interior muito decorado com pintura a branco (B.S.M. LX. 2019. 0315).

A nível de dimensões, apresentam diâmetros de bordo entre os 11 cm e os 22 cm e alturas máximas registadas entre os 1,8 cm e os 7,6 cm. Encontram-se também bastante brunidos no interior.



Figura 48. B.S.M. LX. 2019. 0315. Exemplo mais representativo de pintura a branco na variante A de prato.

A nível de paralelos, encontramos-os em Lisboa com as formas do contexto da Rua dos Correeiros, 79/85 sondagem 24 (DIOGO; TRINDADE, 2000), um contexto habitacional do século XVI; na Calçada de São Lourenço nº 17/19, onde encontramos este tipo de forma provenientes dos períodos compreendidos entre os séculos XV e XVI (TRINDADE; DIOGO, 2003a, p.211) e na Rua de São Nicolau, onde nos deparamos igualmente com este tipo de prato em cronologias semelhantes (DIOGO; TRINDADE, 2000b, p.247). Em Cascais, existem também alguns paralelos formais, tendo sido identificadas formas similares no artigo referente à intervenção em Poço Novo (II) (CARDOSO; RODRIGUES, 2000, p.106). Em Palmela, na intervenção da Casa nº4 da Rua do Castelo, um contexto entre os séculos XIV e XV, foram registadas formas idênticas a

estas aqui estudadas (FERNANDES; CARVALHO, 1995, p.94), tal como, numa intervenção em Santarém com contextos dos séculos XIV-XV (BOAVIDA; CASIMIRO; SILVA, 2013, p. 943).

A variante “B” é bastante peculiar, sendo, na nossa opinião, uma forma inédita no registo arqueológico entre os séculos XIV a XVI. Este prato é caracterizado por um bordo em aba larga, extrovertida e estriada com paredes troncocónicas, brunidas interiormente, que acabam por culminar num fundo em anel, à semelhança da forma “A”. Contudo, no centro da superfície interna ostenta uma espécie de “reservatório” de 1,5 cm de altura, que se assemelha a um “pé em anel invertido”. A possibilidade de que esta característica se trate de um erro de fabrico é descartada, visto o interior do “reservatório” apresentar-se trabalhado, indicando que este foi feito propositadamente. O diâmetro desta peça é de 25 cm, apresentando uma altura de 6 cm. O diâmetro do fundo e do anel interior são ambos de 7,5 cm. Não se reconhecem paralelos para esta forma, existindo contudo um exemplar semelhante datado dos séculos XIV-XV proveniente de um contexto arqueológico em Teruel (PÉREZ-PIÁ, 2019, p. 243).

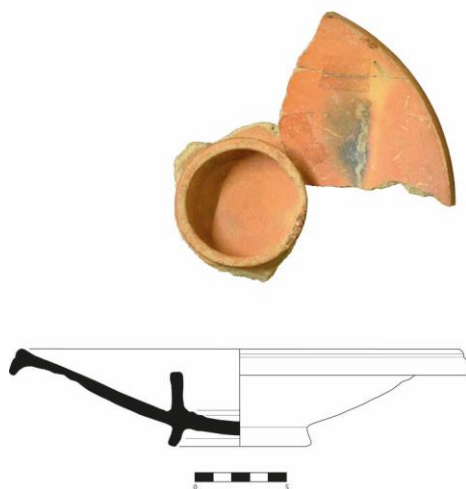


Figura 49. B.S.M. LX. 2019. 0367. Exemplo mais representativo da variante B de prato.

Das formas utilizadas à mesa falta-nos mencionar os púcaros. Para esta forma foi reconhecida somente uma variante neste estudo. Definimos como púcaro, os recipientes de pequena a média dimensão, de forma fechada, utilizado no serviço de mesa, ou em funções de armazenamento.

A forma de púcaro conta com quatro indivíduos. Este é de bordo exvertido com lábio de secção semicircular, com canelura abaixo do bordo, a partir do qual se desenvolve uma asa, que se prolonga possivelmente até ao bojo, que, por sua vez, sugere uma forma globular. No que toca as dimensões estes têm diâmetros entre os 4,4 cm e os 10 cm e uma altura máxima registada entre os 3,7 cm e os 7 cm.

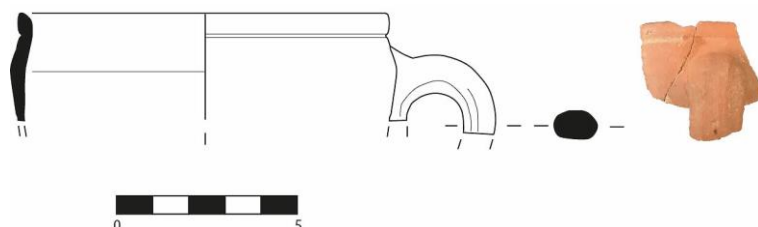


Figura 50. B.S.M. LX. 2019. 0152. Exemplo mais representativo da variante A de púcaro.

Apresenta paralelos com as formas identificadas aquando da intervenção na Casa do Governador (GASPAR et alii, 2009) em contextos dos séculos XV-XVI.

As últimas formas distinguem-se por se tratarem de contentores de fogo, sendo que, dentro deste grupo, vamos encontrar as candeias e o fogareiro.

No que concerne as candeias, estas dez foram agrupadas somente numa variante caracterizada por ser uma forma bastante baixa, de paredes concâvas com o bordo trabalhado e assentando numa base plana. O diâmetro destas peças é indeterminável, sendo a altura máxima registada de 2 cm a 2,5 cm. Estas formas encontram vários paralelos. Estes paralelos serão as candeias recuperadas no contexto da Casa do Governador em contextos dos séculos XV-XVI (GASPAR et alii, 2009, p.666); as peças identificadas no contexto habitacional/produção oleira, da escavação no Quarteirão dos Lagares (NUNES; FILIPE, 2012, p.146) datada entre os séculos XV-XVI; um exemplar idêntico (DIOGO; TRINDADE, 2000b, p.246) identificado no contexto da Rua de São Nicolau, entre os finais do século XV e inícios do XVI; e, em contextos produtivos datados dos séculos XV-XVI nas Portas de Santo Antão, onde se documentam exemplares semelhantes (CARDOSO; BATALHA; REBELO; ROCHA; NETO; BRITO, 2017, p. 1720). Para Palmela encontramos os contextos da Rua do Castelo, que reflectem bastante bem a forma aqui estudada, assim como, o período compreendido entre o século XIV e o século XV (CARVALHO; FERNANDES, 1995, p.94). Em Almada, é possível encontrar este tipo de forma identificada nos estudos do responsável por esta mesma escavação, Armando Sabrosa, num contexto do século XV (SABROSA;

SANTOS, 1993, p.122). Por fim, encontramos formas idênticas em Santarém provenientes de contextos dos séculos XIV-XV (BOAVIDA; CASIMIRO; SILVA, 2013, p.943).



Figura 51. B.S.M. LX. 2019. 0353. Exemplo mais representativo da forma de candeia.

Por fim, resta-nos o fogareiro. Foram encontrados 3 elementos de fogareiro, todos eles semelhantes entre si. Estes apresentam um fundo plano com aba de forma troncocónica e lábio de perfil semi-circular. O corpo inferior é alto de formato troncocónico e sugere abertura trapezoidal, com paredes claramente afeiçoadas para a entrada de ar, de modo a alimentar a combustão e facilitar a limpeza de cinzas. Acima destas, a parede adopta uma forma exvertida e angulosa.

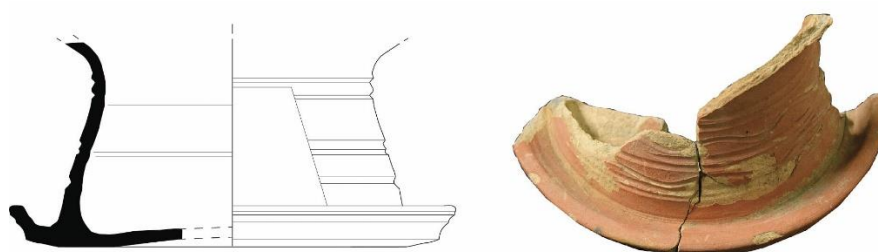


Figura 52. B.S.M. LX. 2019. 0369. Exemplo mais representativo da forma de fogareiro.

A nível de dimensões, estas situam-se nos 19 cm de diâmetro, com uma altura máxima registada de 4 a 11 cm. No que diz respeito a paralelos, não reconhecemos nenhum paralelo formal de fogareiro com base em fundo plano com aba de forma troncocónica. Contudo, encontram-se documentados fogareiros distintos, apresentando um fundo sem aba de perfil troncocónico em cronologias semelhantes que trataremos, portanto, aqui de referir. Assim sendo, em Lisboa, um exemplar desta forma foi recuperado no contexto da Rua dos Correiros (TRINDADE; DIOGO, 1997, p.292); tal como, na intervenção da Casa do Governador em contextos dos séculos XV-XVI, cujo

exemplo não apresenta, no entanto, a característica do fundo em aba como previamente mencionado (GASPAR, et alii, 2009, p.665). Na intervenção da Calçada de São Lourenço em contextos dos séculos XVI-XVII, foi também identificado um fragmento de fogareiro, representativo desta forma (TRINDADE; DIOGO, 2003a, p.212), da mesma maneira, que em contextos produtivos nas Portas de Santo Antão, datados dos séculos XV-XVI, nos deparamos com uma peça semelhante (CARDOSO; BATALHA; REBELO; ROCHA; NETO; BRITO, 2017, p. 1720).

Quanto à cerâmica utilizada na higiene pessoal, encontramos apenas uma forma: o bispote. Esta apresenta-se uniforme nos 3 bordos que reconhecemos. É caracterizada por um bordo horizontal, demarcado exteriormente, podendo apresentar, ou não, decoração ondulada. Outra das características é o facto das paredes do bojo serem de forma cilíndrica formando praticamente um ângulo de 90° na ligação com o bordo. No entanto, é importante mencionar que é possível que estes fragmentos se tratem de pequenas bacias utilizadas também na higiene pessoal.

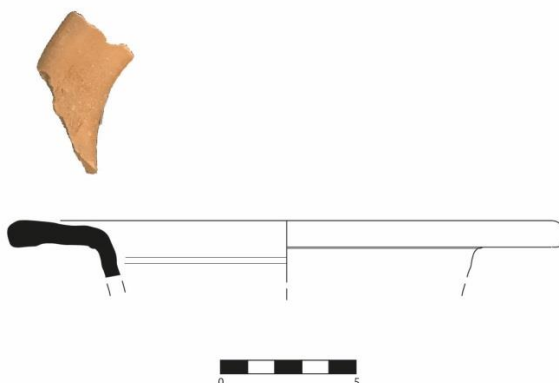


Figura 53. B.S.M. LX. 2019. 0163. Exemplo mais representativo da forma de bispote.

Estas formas apresentam, no nosso caso, dimensões na ordem dos 14 cm a 16 cm, relativamente ao diâmetro dos bordos e a altura máxima registada situa-se entre os 2,8 cm e os 4,8 cm. A nível de paralelos, encontramos-os nos bispotes do contexto da Rua do Benfornoso 168-186, já diversas vezes aqui mencionado, dizendo respeito a um despejo de olaria entre o século XV-XVI (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.127). Na intervenção da Casa do Governador, em contextos dos séculos XV-XVI, é identificada uma forma enquanto “bacio” (GASPAR et alii, 2009, p.669), semelhante ao bispote aqui estudado. Perto desta última intervenção, na alcáçova do Castelo de São

Jorge, recuperou-se uma forma semelhante de cronologias idênticas (GASPAR; GOMES, 2012, p.724). Nos contextos baixo medievais de Alcoutim deparamos-nos da mesma maneira com uma forma similar, sendo esta descrita como uma pequena bacia ou alguidar (CATARINO, 2000, p.166.).

É necessário fazer menção a um fragmento de bordo cuja forma não conseguimos precisar. Este caracteriza-se por ser um bordo recto com lábio de secção semicircular, muito destacado e canelado. A orientação deste é diferente das demais, na medida em que é um bordo de orientação horizontal. No que toca a dimensões, apresenta um diâmetro de bordo de 2 cm, com uma altura máxima de 3,2 cm. Não tendo sido identificada a forma a que diz respeito, não foi possível estabelecer paralelos.

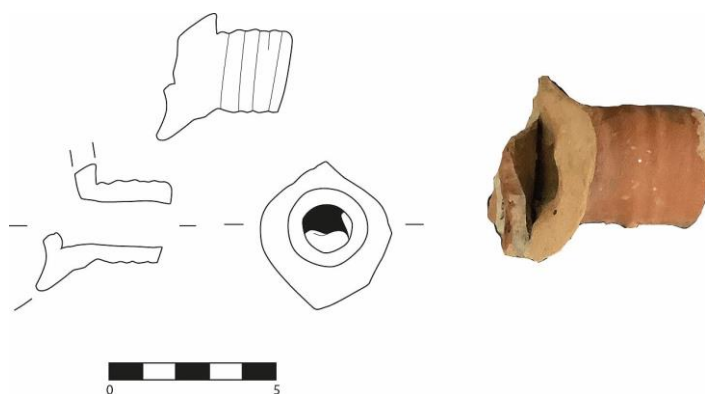


Figura 54. B.S.M. LX. 2019. 0454. Exemplo de bordo de forma não identificada.

A última forma por nós aqui apresentada são os pesos com que nos deparámos também no decurso deste estudo. Estes quatro elementos apresentam dimensões entre os 4 cm e os 6 cm de largura e 6 cm a 9 cm de altura máxima registada. Estas peças podiam ser utilizadas de duas formas, tanto nas extremidades das redes de modo a que estas não fossem arrastadas com as correntes, como nos engenhos de tecelagem, para a manufactura de textéis.

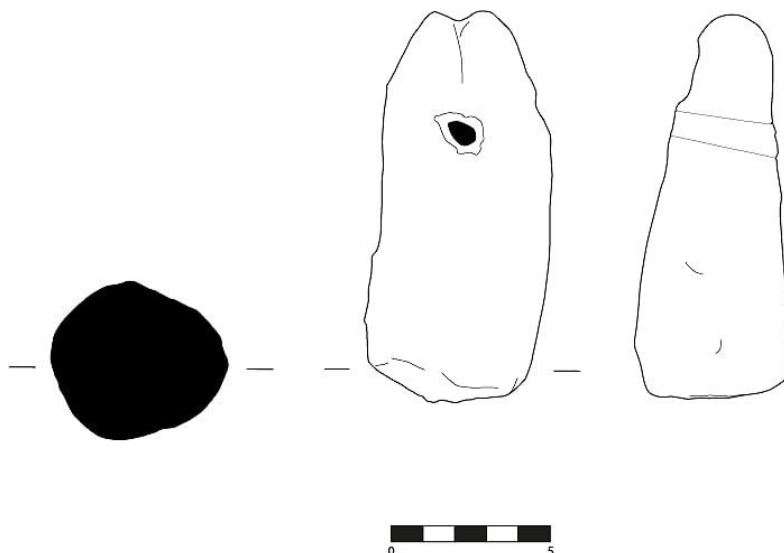


Figura 55. B.S.M. LX. 2019. 0525. Exemplo dos pesos recuperados na escavação do Beco de São Marçal.

V.2. Cerâmica vidrada

No que diz respeito à cerâmica vidrada, dos 5 fragmentos estudados apenas um destes é um bordo. O fragmento aqui identificado trata-se de um bordo de uma bacia/alguidar vidrado, tanto interna como externamente, de cor verde. O bordo é exvertido, ligeiramente demarcado, com lábio de secção semicircular. Apresenta um pequeno orifício abaixo da zona do bordo, que é vidrado no seu interior, possivelmente, para deixar escoar algum conteúdo em excesso, ou para arrumar a peça, pendurando-a. A nosso ver, esta segunda hipótese é menos provável devido à localização do orifício. A nível de dimensões apresenta um diâmetro de bordo de 34 cm e uma altura máxima registada de 3,7 cm. Não encontramos paralelos para esta forma.

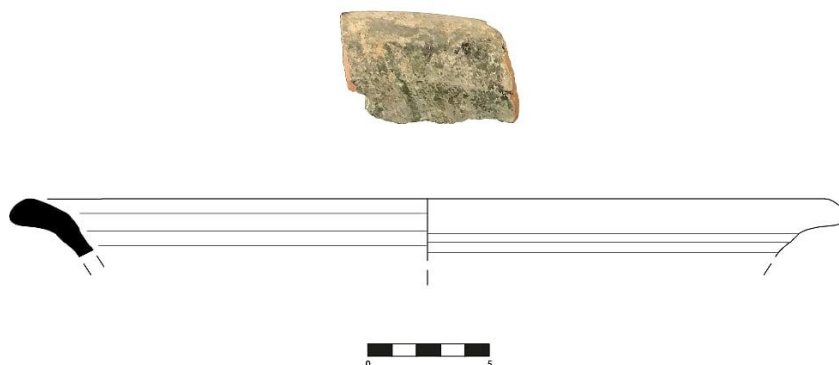


Figura 56. B.S.M. LX. 2019. 0364. Exemplo mais representativo de alguidar vidrado.

Necessário é ainda mencionar o fragmento de bojo com arranque de asa identificado, com vidrado de coloração amarela-melada. Este pertenceria possivelmente a um púcaro de pequenas dimensões, contudo, não existindo nenhum bordo preservado, trata-se apenas de uma hipótese baseada nas reduzidas dimensões do fragmento, da posição da asa e do traçado sugerido pelo bojo. Neste caso também não foi possível estabelecer paralelos.



Figura 57. B.S.M. LX. 2019. 0365. Possível fragmento de púcaro vidrado.

VI. REFLEXÕES

Atestamos aqui, então, a presença das panelas de bordo horizontal e de secção rectangular, cuja génese nos finais do século XIV a inícios do século XV marcam grande parte do grupo das panelas que aqui estudámos (FERNANDES; CARVALHO, 1998, p.96). Por outro lado, a existência de panelas cujas asas se desenvolvem a partir do bordo em direcção à zona média do corpo da peça são uma componente herdada da tradição baixo-medieval que se mantém nos inícios da idade moderna, mas que acaba por desaparecer no final do século XVI. Esta é também uma altura em que as asas começam a desenvolver-se nos bojós destas formas, com orientação horizontal em detrimento da orientação vertical (FERNANDES; CARVALHO, 1998, p.212), uma característica que não encontramos em nenhuma das panelas que estudámos, ajudando-nos a balizar a colecção estudada num momento anterior ao século XVI. Este dado é suportado pela argumentação de Guilherme Cardoso sobre a cerâmica de Cascais, onde acrescenta, que para além da secção do bordo, as estrias abaixo do lábio assim como o fundo convexo são características indicativas de produções de panelas dos séculos XIV a XVI (CARDOSO; RODRIGUES, 1991, p.576).

Também uma inovação que tem a sua origem entre o século XIV e XV são as frigideiras com pegas mais complexas/desenvolvidas. Assim, a partir do século XV começam a registar-se as frigideiras com pegas tubulares, semelhantes aos exemplares que aqui foram recuperados (FERNANDES; CARVALHO, 1998, p.216).

No que diz respeito aos tachos, são também característicos deste período os exemplares com lingueta que permitiriam o encaixe dos testos (CARDOSO; RODRIGUES, 1991, p.576), semelhantes aos exemplos aqui estudados. Na segunda metade do século XV e inícios do século XVI, os tachos começam a apresentar pegas horizontais e triangulares, elementos que também permeiam este conjunto cerâmico (VIEIRA, 2011, p.680).

Relativamente aos alguidares, as características que se conhecem para os séculos XV e XVI são as que aqui reconhecemos na colecção: o lábio em forma de aba em voluta, a apresentação de brunido e de um revestimento com aguada de cor vermelha (VIEIRA, 2011, p.679), são características presentes no nosso estudo.

Os testos e tampas, correspondendo a 9% dos exemplares que aqui apresentamos, correspondem todos, à excepção de 5 elementos, a formas coerentes com contextos anteriores ao século XVI. Estes exemplares, apresentando a distinta barbela na parte interior do bordo, não são mais registados em Cascais a partir dos finais do século XV. É também a partir deste período que começa a desaparecer esta forma, sendo substituída pela apresentada pelos restantes 5 elementos sem barbela (CARDOSO; RODRIGUES, 1991, p.575).

Referente à cerâmica de armazenamento, esta representa somente 1% de toda a colecção, apenas com 5 elementos, de potes e talhas.

O segundo maior grupo, por outro lado, diz respeito à cerâmica destinada ao serviço de alimentos à mesa. Esta representa 21% de todos os NMI e é coerente com a interpretação desenvolvida acerca da proveniência doméstica do conjunto cerâmico.

Os pratos e tigelas que estudámos apresentam um pé em anel característico destas cronologias e que se perde nos reportórios cerâmicos a partir dos séculos XVII e XVIII, progressivamente substituída por bases planas (CARVALHO; FERNANDES, 1999, p.213).

Nos pratos, verifica-se um tratamento de superfície que coincide com a cronologia dos séculos XIV-XV, o brunimento. Este tratamento de superfície, que visaria tornar a superfície, particularmente das formas abertas, mais brilhante e vistosa, cai em desuso durante o século XVII, substituída pelo alisamento (CARVALHO; FERNANDES, 1999, p.213). As tigelas carenadas analisadas nesta colecção são especialmente significativas por apresentarem claros traços das formas mais antigas de tradição islâmica, como comprovado pelos paralelos acima apresentados⁸. Estes aspectos formais expressam uma continuidade dos fabricos de tradição islâmica que, naturalmente, se manteve durante o período cristão. Este tipo de formas começará a escassear no registo arqueológico apenas a partir de finais do século XVI, inícios do século XVII (CARVALHO; FERNANDES, 1999, p.213.), que corresponde, pois, ao advento de novas “tradições” e vivências que acabam por diferenciar os hábitos modernos dos baixo-medievais sendo o momento de transição entre estes períodos. Neste sentido, é importante considerar que determinadas formas de cozinha reflectem hábitos alimentares mais característicos da comunidade islâmica, especialmente no que

⁸ Ver Apartado VI.

respeita ao consumo de alimentos fritos (CASIMIRO, 2011, p.691), face à confecção de cozidos e ensopados que habitualmente se vinculam com os quotidianos cristãos. De assinalar, o prato da variante “B”, que é, claramente, o elemento mais distinto, e inédito, das formas de consumo de alimentos. Quanto à utilidade do reservatório que apresenta no centro da peça, não detemos qualquer tipo de certezas, contudo as nossas propostas revolvem em torno da sua possível utilização enquanto pega no caso de este servir enquanto prato-tampa, ou para a retenção de algum tipo de condimento de modo a acompanhar a refeição.

Outro dos grupos que se apresenta bastante bem representado é o das formas para conter e servir líquidos, perfazendo 18% de todos os NMI. Tal como o resto do conjunto, estes são característicos de uma utilização doméstica, existindo, dentro deste número, uma predominância significativa das infusas. Estas inserir-se-iam dentro das necessidades de consumo e utilização de água no dia-a-dia, assim como do seu respectivo transporte e armazenamento. A acrescentar a estas necessidades básicas, cabe-nos referir a importância da água para a comunidade islâmica, reflectida na “purificação” através da água como no ritual de *Wudu* (GLASSE, 2011, p.477). No caso dos cântaros, estes seriam caracterizados por bordos introvertidos e colos estreitos, que se desenvolveriam em corpos bojudos e que assentariam numa base plana, as suas asas normalmente partem do bordo até ao meio do corpo da peça. As infusas, muito representadas nesta colecção, apresentam geralmente bordo ligeiramente introvertido, com corpo bojudo assentando em base plana. Nos exemplos por nós estudados podem apresentar ou não caneluras na zona da boca e assentando numa base plana, a asa da peça desenvolve-se do ombro até meio do corpo (BUGALHÃO; COELHO, 2017, pp. 118 e 121).

Ainda no que respeita ao balizamento cronológico da colecção analisada, devemos reforçar as formas que foram por nós apresentadas neste trabalho, que não carecem de paralelos em contextos de cronologias semelhantes, sendo, pelo contrário, formas bastante bem documentadas ao longo de todo o período referente ao século XV.

Os contentores de fogo seriam utilizados sempre no âmbito da iluminação, da confecção de alimentos ou de aquecimento. Destas, a forma mais representada são as candeias de lábio trilobado e correspondem, como visto nos paralelos, a cronologias semelhantes às que aqui propomos. Também nos contextos de Cascais estas não

parecem atingir o século XVI, sendo que seja possível caírem, por essa altura em desuso (VIEIRA, 2011, p.681). Os fogareiros, ao que pudemos apurar, perduram durante o período em questão, chegando até ao século XVIII, mas já sem a previamente mencionada aba troncocónica no fundo (morfologia que acreditamos ser inédita⁹).

Por último, os recipientes de higiene não representam sequer 1% dos NMI, sendo, sem dúvida alguma, os tipos formais mais ausentes deste contexto.

Além das características formas da colecção, outra das razões que nos leva a balizar os materiais analisados no século XV, é a residualidade das peças de cerâmica vidrada, representadas somente por 5 elementos num universo de 3614 fragmentos. Os dois únicos fragmentos discerníveis de peças vidradas correspondem a um bordo de alguidar em verde plumbífero e um bojo de púcaro com arranque de asa de coloração amarela melada.

Omissos dos vestígios materiais estão também as cerâmicas modeladas que apesar de predominantes no século XVII, têm alguma manifestação no século XVI sob a forma de púcaros (CARVALHO; FERNANDES, 1999, p.214). As importações de loiça malagueira, extremamente divulgada durante os séculos XV e XVI (SABROSA, 2008, p.112) também não são encontradas no Beco de São Marçal. Deste mesmo modo, as criações em majólica italiana dessas mesmas centúrias também não estão representadas nos vestígios materiais, e tampouco quaisquer exemplares de faiança portuguesa ou porcelana chinesa.

Estas são as razões que nos levam de facto a balizar este contexto entre os séculos XIV e XV - as formas predominantemente de herança islâmica e baixo-medieval, assim como as ausências de fósseis directores para os séculos XVI e XVII.

O único elemento capaz de alongar esta cronologia seria, de facto, a tampa¹⁰, que por se tratar de um elemento de cerâmica modelada poderia justificar essa proposta, contudo, existem também exemplares semelhantes em contextos do XV-XVI na *Calçada de São Lourenço* (TRINDADE; DIOGO, 2003a, p.243).

No seu conjunto, estes trabalhos constituíram um importante ponto de partida para o conhecimento sobre o espaço de estudo analisado na presente dissertação.

⁹ Ver Figura 48.

¹⁰ Ver Figura 30.

Sabemos que na Rua da Amendoeira, na Mouraria de Lisboa existiria um forno de cerâmica, datado do século XV, onde se produziria cerâmica comum e telha (FILIPE; NUNES, 2012, p.142). Próximo deste forno, na Rua dos Lagares registou-se também a existência do que foram interpretados como sendo vários depósitos de lixeira – à semelhança do que parece acontecer com o sítio que aqui tratamos – e despejos de produção cerâmica existindo a possibilidade de que ali possa ter existido também um forno (FILIPE; NUNES, 2012, p.149). Este trata-se de um dado interessante, visto que nos é dito, que nos locais denominados como o almocávar perto da Nossa Sra. do Monte existiam, em 1582, vários locais em que se despejavam os entulhos da cidade (FARINHA, 1932, p.15). Em relação aos trabalhos levados a cabo na Mouraria de Lisboa e suas proximidades, os desenvolvidos na Rua do Benfornoso – também uma fossa detritica – referem que o conjunto cerâmico recolhido seria resultado de oficinas cujo intuito seria o de abastecer Lisboa no século XV/XVI (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.128). Também na Rua das Olarias (MARQUES; LEITÃO; BOTELHO, 2012, p.126), via a partir da qual se desenvolve a Calçada Agostinho de Carvalho onde se situa o Beco de São Marçal, se registaram depósitos de produção oleira.

Estes trabalhos mostram-nos que os sítios arqueológicos circundantes, de cronologias semelhantes, partilham de características análogas com o que aqui estamos a tratar. Existem vários contextos de despejos cerâmicos, englobados em contextos de produção e abastecimento de cerâmica comum, suportados pela existência de fornos de produção cerâmica nas proximidades, de onde poderiam ser provenientes estas peças.

Esperamos com esta dissertação adicionar mais um ponto de conversação ao debate referente à produção oleira no Bairro das Olarias, distinguindo-se este conjunto dos restantes devido à quase exclusividade da cerâmica comum, à escassez da cerâmica vidrada e à presença de formas, que cremos serem inéditas no registo arqueológico do século XV. Esperamos, também, que a presente tese auxilie futuras investigações a obter uma perspectiva mais ampla da variedade formal e dos hábitos humanos das populações no período de transição entre a baixa idade média e a idade moderna.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reflexo de uma convivência entre muçulmanos e cristãos, a Mouraria de Lisboa, e eventualmente o arrabalde da mesma a que se chamou de “O Bairro das Olarias”, albergou esta minoria religiosa e étnica na cidade desde pouco depois da sua conquista até ao Édito de Expulsão em 1496 por D. Manuel I. Durante esse período dá-se a sobrevivência de tradições e aspectos culturais característicos desta mesma comunidade, que vão acabar inevitavelmente por permear o registo arqueológico, sendo-lhes permitido continuar com as suas vivências e credos sob o pagamento de um imposto que séculos antes cobravam os líderes muçulmanos à população cristã sobre a qual governavam. Apesar do contexto desfavorável, a comunidade muçulmana mantém-se e prospera, detendo ainda uma importância económica para o reino, visto que desenvolvem ofícios como os de ferreiro e oleiro, resultando possivelmente em tributo favorável para os governantes.

Em finais do século XV a comunidade islâmica de Lisboa é submetida a uma escolha que acaba por marcar todos os estudos referentes a esta cronologia a conversão ou a expulsão. Isto vai colocar um fim ao mudejarismo no território Português. Contudo, vai dar começo a um novo ciclo que será, daí em diante, denominado como o cripto-islamismo ou islamismo clandestino através do qual foi possível manter determinadas vivências e práticas religiosas islâmicas.

Após o estudo da colecção cerâmica procedente da sondagem de diagnóstico realizada em 1993 no bairro de S. Marçal pelos Doutores Armando Sabrosa, José Luis Monteiro e Natalina Guerreiro e da análise dos dados relativos ao contexto (relatório, fotografias e desenho do corte), podemos afirmar o seguinte:

Esta trata-se de uma ampla colecção de materiais cerâmicos comuns de uso doméstico e quotidiano, muito provavelmente produzidos e utilizados nas imediações da Mouraria lisboeta durante o século XV.

A presença desta acumulação de fragmentos, as evidências de um uso contínuo em boa parte das peças, as colagens entre as diferentes camadas, a documentação de um número importante de restos faunísticos e os indícios referentes à acumulação de cinzas/carvões, permitem assinalar que nos encontraríamos perante um espaço de descarte de lixo e mobiliário cerâmico de origem doméstico.

A documentação do que parecem ser algumas escórias de vidro e possíveis fragmentos de revestimento de uma parede de forno reforçam a utilização deste espaço como lixeira no meio de um bairro onde as actividades domésticas, agrícolas e artesanais se misturavam habitualmente.

A coerência cronológica das peças de cerâmica estudadas (pela sua morfologia, técnicas de fabrico e decorações), todas elas enquadráveis em produções locais de finais do século XIV e, sobretudo, do século XV e cujo descarte também parece ser bastante homogéneo em algum momento da primeira metade do século XVI, permite-nos dizer que a sua deposição e o fecho do depósito ocorrem num “curto” período de tempo, mas que provavelmente não se deu num único momento.

Através da descrição das camadas no relatório e análise do seu conteúdo material, não parecem existir várias deposições graduais, contínuas, mas vários “esvaziamentos” de materiais acompanhados de terras e cinzas, quiçá interpretáveis como resultado da limpeza de diferentes espaços domésticos e/ou da deposição secundária de estratos procedentes de lixeiras domésticas.

A ausência de materiais característicos da idade moderna leva-nos a pensar que este depósito foi selado nesse momento (primeira metade do século XVI), servindo como entulho para propósitos de terraplanagem possivelmente para a construção de novos espaços habitacionais ou productivos nesta área.

O depósito aparentemente isolado vai-se alterando a posteriori aquando da escavação da vala que alberga o muro que se observa na fotografia do relatório (Figura 5).

A colecção cerâmica estudada reflecte as características técnicas e formais, assim como as preferências e utilizações das mesmas pela comunidade que habitou as imediações do Beco de S. Marçal/mouraria durante a baixa idade média, encontrando-se numerosos paralelos em diferentes intervenções arqueológicas em Lisboa e seu redor assinaladas no texto.

Todas elas são uma clara amostra da vitalidade productiva das oficinas cerâmicas de Lisboa, especialmente da zona da mouraria/Bairro das Olarias, enquanto esta se configura como uma das principais cidades comerciais da Europa Atlântica.

Este trabalho reflecte a importância de rever as intervenções arqueológicas das décadas passadas, em parte por necessidade de interpretar estes contextos antigos à luz dos resultados arqueológicos mais recentes e, por outro lado, pela contribuição resultante da análise técnica e formal e sistematização, que estas colecções materiais esquecidas (neste caso de cerâmica) podem oferecer aos estudos em curso, especialmente em contextos complexos como são os da cidade de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, F.M. (1986): *Carta Geológica do Concelho de Lisboa, escala 1/10.000*. Serviços Geológicos de Portugal.

ALVES, F.; RODRIGUES, P. J.; GARCIA, C.; ALELUIA, M. (1998): A cerâmica dos destroços do navio dos meados do Século XV, Ria de Aveiro A e da Zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (eds.), *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 185-210.

ARAÚJO, N. (1938): *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M Pereira Editora, livro XIII.

AZEVEDO, P. (1899/1900): Do Arreiro à Mouraria. *O Archeologo Português*. Lisboa. V, pp. 212-224 e 257-279.

BARRADAS, A.; SILVA, R. (2017): Cerâmicas quinhentistas vidradas de um poço medieval da praça da figueira (Lisboa). In. ARNAUD, J.; MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 2017, estado da questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1673-1684.

BARROS, M. (1998): *A Comuna Muçulmana de Lisboa: séculos XIV-XV*. Lisboa: Hugin.

BARROS, L.; BATALHA, L.; CARDOSO, G.; GONZALEZ, A. (2012): A olaria renascentista de Santo António da Charneca, Barreiro: a louça doméstica. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna (Arqueoarte, 1)*, Vol. 2, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 699 – 710.

BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T.; SILVA, T. (2013): Silos medievais da travessa das capuchas (Santarém): estruturas e cultura medieval. In. ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 937-945.

BRITO, S.; BARBOSA, R. (2012): Vestígios modernos de uma intervenção de emergência na Rua Rafael Andrade (Lisboa). In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arqueoarte, 1), Vol. 1, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humana/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 151-156.

BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I. C.; GOMES, A.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; GRANGÉ, M.; INÁCIO, I.; LOPES, G.; SANTOS, C. (2010): Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb alÂndalus. *Xelb: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 10, Silves, Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves, pp. 455-476.

BUGALHÃO, J.; COELHO, I. (2017): Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica. In A. CAESSA, C. NOZES, I. CAMEIRA, & R. B. D. SILVA (Eds.), *Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, pp. 106-145.

BUGALHÃO, J.; FOLGADO, D. (2001): O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira. *Arqueologia Medieval* n.º 7. Porto. Edições Afrontamento. pp. 111-145.

BUGALHÃO, J.; GOMES, S.; SOUSA, M. (2007): Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20:1, pp. 317-343.

BUGALHÃO, J.; SOUSA, M.; GOMES, S.; (2004): Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:1, pp.575-643.

CARDOSO, G.; BATALHA, L.; REBELO, P.; ROCHA, M.; NETO, N.; BRITO, S. (2017): Uma olaria na rua das portas de Santo Antão (Lisboa) – Séculos XV e XVI. In. ARNAUD, J.; MARTINS, A. (eds), *Arqueologia em Portugal: 2017, estado da questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1715-1729.

CARDOSO, G.; NETO, N.; BATALHA, L.; REBELO, P.; SANTOS, R. (2019): Vestígios da produção de cerâmica no lado ocidental de Lisboa durante os séculos XVII

e XVIII – dados de uma intervenção arqueológica na rua de Bueno Aires, nº10, Lisboa. *Arqueologia & História*, Vol. 69, pp. 97-97.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1991): Alguns tipos de cerâmica do século XI a XVI encontrados em Cascais. *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: *Campo Arqueológico de Mértola*. pp. 575-586.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1999): Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, pp.193-212.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2009): As Cerâmicas de Poço Novo (II) – Cascais. Lisboa. *Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 95-108

CARITA, H. (1999): *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.

CARVALHO, P.; BETTENCOURT, J. (2012): De Aveiro para as margens do Atlântico. A carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cerâmica na época moderna. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arqueoarte, 1), Vol. 2, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 733-746.

CARVALHO, A.; FERNANDES, I. (1998): Conjuntos cerâmicos pós -medievais de Palmela. In *2as Jornadas de cerâmica medieval e pós -medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 211 -255

CASIMIRO, T. (2011): Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*, 1, Série V, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 689-726.

CASIMIRO, T.; BOAVIDA, C.; SILVA, T.; NEVES, D. (2018): Ceramics and cultural change in medieval (14th-15th century) Portugal. The case of post-Reconquista Santarém. *Medieval Ceramics*, 3:21, pp. 21-35.

CASTRO, A.; PAULA, N.; TORRES, J.; CURADO, T.; TEIXEIRA, A. (2017): Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa). In. ARNAUD, J.; MARTINS, A. (eds), *Arqueologia em Portugal: 2017, estado da questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1731-1749.

CATARINO, H. (2000): Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim. In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (eds.), *Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Actas das 3. as Jornadas*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp.161-177.

COELHO, I. P. (2012): Muito mais do que lixo: a cerâmica do sítio arqueológico subaquático Ria de Aveiro B-C. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna (Arqueoarte, 1)*, Vol. 2, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 757-770.

COELHO, I. P.; BUGALHÃO, J. (2015): Cerâmica. In BUGALHÃO, J. (dir.), *Uma casa pré-pombalina na Baixa Lisboaeta*. (Arqueoarte, 3), Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 31-54.

CORREIA, F. (1991): Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola. pp.373-385.

CORREIA, V. (1918): *Oleiros e pintores de louça e azulejo, de Lisboa*. Atlântida. Lisboa. 29-30, pp. 531-540.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1995): Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo Terramoto de 1755. In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (eds.), *I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 163-170.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998): Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, nº 36/44, na Mouraria, em Lisboa. In DIOGO, João Manuel; ABRAÇOS, Helder Chilra (eds.), *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*.

Métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 257-265.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (2000a): Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3:2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 201-235.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (2000b): Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa). *Arqueologia e História*, 52 (Estudos de Lisboa, Séculos XV a XIX, I Colóquio Temático), Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portuguesas, Edições Colibri, pp. 231-253.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (2001): Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros, Baixa de Lisboa. As sondagens n.ºs 3, 11, 26 e 27. *Arqueologia e História*, 53 (Estudos de Lisboa - séculos VIII-XV – II Colóquio Temático), Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Edições Colibri, pp. 15-33.

ETCHEVARNE, C.; SARDINHA, O. (2007): A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, 23, Série IV, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 345-372.

FARINHA, P. ANTÓNIO LOURENÇO (1932): *Notícia Histórica do bairro das Olarias* (Lisboa). Cucujães: [s.n.].

FERNANDES, I.; CARVALHO, A. (1995): Cerâmicas baixo-medievais da casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela). In *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela - 1992, p. 77-96.

FERNANDES, I. (2012): *A louça preta em Portugal: estudo histórico, modos de fazer e de usar*. Tese de Doutoramento em História, Especialidade de Idade Contemporânea, Braga, Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho.

FIALHO, M. (2017): *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GASPAR, A.; AMARO, C. (1997): Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du congrès l'AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, pp.337-345.

GASPAR, A.; GOMES, A. (2012): A cerâmica moderna do Castelo de S. Jorge: produção local de cerâmica comum, pintada a branco, moldada e vidrada e de faiança. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arqueoarte, 1), Vol. 2, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 719-732.

GASPAR, A.; GOMES, A.; MENDES, H. C.; PINTO, P.; GUERRA, S.; RIBEIRO, S.; PIMENTA, J.; VALONGO, A. (2009): Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo de S. Jorge, Lisboa. In ZOZAYA, J.; RETUERCE, M.; HERVÁS, M. Á.; JUAN, A. (eds.), *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. Ciudad Real - Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006, Tomo II, Ciudad Real, Asociacion Española de Arqueologia Medieval, pp. 653-672.

GLASSE, C. (2001): *The New Encyclopedia of Islam*. Altmira Press.

GOMES, R. V. (1991): Cerâmicas almoadas do Castelo de Silves. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola. pp. 387-403.

GOMES, R. V. (2014): A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas. *O Arqueólogo Português*, 2, Série V, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, pp. 13-75.

GONZALEZ, C. (2012): Os novos espaços da cidade moderna: uma aproximação à Ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Terreiro do Trigo. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arqueoarte, 1), Vol. 1, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 85-94.

HENRIQUES, J.; FILIPE, V.; CASIMIRO, T.; KRUS, A. (2019): Vestígios de produção oleira dos finais do século XV (Escadinhas da Barroca, Lisboa) In. SENNA-

MARTINEZ, J.; MARTINS, A.; CAESSA, A.; MARQUES, A.; CAMEIRA, I. (coord.), *Extrair e produzir... dos primeiros artefactos à industrialização. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 3*, Lisboa, Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 109-121.

LIBERATO, M. (2012): *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*. Tese de mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MACEDO, L. (1960): *Lisboa de Lés a Lés. Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*. 2ª ed., Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, vol. II.

MARQUES, A.; LEITÃO, E.; BOTELHO, P. (2012): Rua do Benfornoso 168/186 (Lisboa – Mouraria/Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arqueoarte, 1), Vol. 1, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 123-134.

MOITA, I., coord. (1994): *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

MORENO-GARCÍA, M.; PIMENTA, M.; RUAS, J. (2005): Safras em osso para picar foicinhas de gume serrilhado...a sua longa história! *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8: 2, pp. 571-627.

Munsell Soil Charts (1994) New York, Macbeth Division of Kollomorgen Instruments Corporation.

NUNES, T.; FILIPE, I. (2012): Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arqueoarte, 1), Vol. 1, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 140-150.

OLIVEIRA, L.; VIANA, M. (1993): A Mouraria de Lisboa no século XV. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, pp. 191-209.

OSÓRIO, M.; SILVA, A. (1998): Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto. In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (eds.), *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 283-314.

PÉREZ-PIÁ, D. (2019): Propuesta de sistematización de la cerámica bajomedieval de Teruel. IN *SAGVNTVM. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, Vol. 51, Valencia, Universidade de Valencia, pp. 233-253.

PRATA, S.; DIAS, D.; CUESTA-GÓMEZ, F. (2013): A memória de um espaço urbano - Trabalhos de acompanhamento arqueológico na reabilitação do n.º 2 da Rua da Saudade (Freguesia de Santiago, Lisboa). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1041-1048.

PONCE, M.; OLIVEIRA, F.; NUNES, T.; PINTO, M.; LOURENÇO, M. (2017): O sítio dos Lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al In. ARNAUD, J.; MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 2017, estado da questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1703-1714.

RAMALHO, M.; FOLGADO, D. (2002): Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa. In *3.º Encontro de Arqueologia Urbana*, Actas, Almada, Câmara Municipal de Almada, pp. 247-268.

RAMOS, M.; ALBUQUERQUE, E.; SANTOS, C. (2014): Cerâmica dos séculos IX-XII: alguns exemplares provenientes do Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra. In DE MAN, A.; TENTE, C. (eds.), *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro de Portugal – séculos XI a XII*, Lisboa, IEM – Instituto de Estudos Medievais (Coleção Estudos), pp.109-139

RIBEIRO, M. (1991): Património cerâmico e linguístico português sob influência islâmica. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Lisboa, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 491-596.

RIBEIRO, M.; MELO, A. (2014): O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (Séculos XIII-XVII). In *Evolução da paisagem urbana: sociedade e*

economia, Vol. 41, Braga, CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”), pp. 183-222.

SABROSA, A. (2016): *Beco de São Marçal, nº13C. Mouraria*. Lisboa. Relatório de Escavação.

SABROSA, A.; SANTOS, V. (1993) – Cerâmica comum de silos medievais. Rua Henriques Nogueira – Almada. *Al -madan*. Almada. II: 2, pp. 116 -122.

SABROSA, A. (1994): Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana. *Al -madan*. Almada. 3: II, pp. 38-44.

SABROSA, A. (2008): As Faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa. *In Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 109-142.

SANTOS, P. A. (2008): Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11: 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 325-345.

SILVA, R. B. da; GUINOTE, Paulo (1998): *O quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos: roteiro arqueológico e documental dos espaços e objectos*. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SILVA, R. B. da; MIRANDA, P.; VICENTE, A. M.; LOPES, G.; NOZES, C. (2012): Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arquearte, 1), Vol. 1, Lisboa, CHAM/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 71- 84.

TEIXEIRA, A.; VILLADA PAREDES, F.; SILVA, R. B. (2015): *Lisboa 1415 Ceuta: História de duas cidades Ceuta*, Lisboa, Ciudad Autonoma de Ceuta – Consejería de Educación y Cultura; Câmara Municipal de Lisboa - Direção Municipal de Cultura, Departamento de Património Cultural.

TORRES, J. (2011): *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Tese de

Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TORRES, J. (2012): Mosteiro de São Francisco de Lisboa: fragmentos e documentos na reconstrução de quotidianos. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arqueoarte, 1), Vol. 1, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 539-550.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1997): Intervenção arqueológica na Travessa da Madalena, n.º 18 (Lisboa). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 67-80.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1998a): Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (eds.), *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 349-353.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (2003a): Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na Calçada de S. Lourenço, n.º 17/19, em Lisboa. In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (eds.), *Cerâmica Medieval e Pós Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. *Actas das 3.as Jornadas*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 203-213.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (2003b): Cerâmicas de barro vermelho de entulhos do Terramoto de 1755 provenientes da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em Lisboa. In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (eds.), *Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. *Actas das 3. as Jornadas*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 285-293.

VIEIRA, A. (2011): Cerâmicas dos séculos XIV a XVI do Castelo de Sesimbra. *O Arqueólogo Português*, 1, Série V, Direcção Geral do Património Cultural, pp. 657-687.

Anexos

Anexo I

Tabela de Inventário de bordos e perfis completos do Beco de São Marçal